

Vários estados devem reconstruir as frentes políticas que funcionaram durante a campanha eleitoral de 89. Um balanço dos preparativos e uma avaliação das possibilidades eleitorais do partido este ano estão nas páginas 5 e 6.

PT **BOLETIM NACIONAL**

ÓRGÃO DA EXECUTIVA NACIONAL DO PT

A Questão Agrária continua em debate neste número do Boletim Nacional. Desta vez a opinião é de Vladimir Pomar que acredita que a Reforma Agrária é prioridade e só vai ocorrer dentro de uma perspectiva de construção do socialismo. Página 10.



VAMOS RESISTIR

O pior dessa forma de combater a inflação com recessão "vai sobrar para nós" adverte Jair Menegbelli para justificar a reação dos trabalhadores. A orientação da CUT aos sindicatos filiados é não aceitar qualquer acordo que signifique concessão em termos de redução de jornada ou salário. Veja como a CUT está avaliando hoje as negociações e lutas contra a recessão e como economistas do PT apostam em novo arrocho monetário para os próximos meses.

Páginas 3 e 4.



Roberto Parizotti

Milhares de trabalhadores reunidos pela CUT em São Bernardo do Campo para comemorar o 1º de Maio mostram que a classe operária brasileira está disposta a defender seus direitos contra a recessão planejada pelo governo Collor.

PT DEBATE 8 TESES EM SEU VII ENCONTRO

Entre os dias 31 de maio e 3 de junho realiza-se em São Paulo o VII Encontro Nacional do PT. Um resumo das oito teses que serão submetidas aos 650 delegados que se reunirão no Palácio de Convenções do Anhembi, e a programação do Encontro estão nas páginas 8 e 9.

EDITORIAL

CARTAS

Não basta combater o pacote. É preciso combater o governo

O pacote Collor de combate à inflação está completo, mas o seu projeto de governo ainda não está claramente delineado. Embora conservador, mas travestido de moderno e "neoliberal", o governo Collor parece disposto a empreender uma virada no capitalismo brasileiro, semelhante àquela que marcou o auge do "milagre" nos anos da ditadura militar. Talvez por sentirem isso é que setores das classes dominantes, ainda que temerosos diante do estilo incoerente e tresloucado do novo presidente, mostram-se propensas a adotar o governo.

Antidemocrático desde o início, o governo Collor, entretanto, goza, até o momento, de inegável apoio popular. Influenciadas pela poderosa máquina de propaganda dos grandes meios de comunicação, são justamente as camadas mais pobres da população brasileira que idolatram Collor, um presidente forte, uma espécie de salvador nacional, que veio para "punir os ricos, as elites", muito embora sejam os pobres os primeiros a sentir na carne os efeitos da recessão em marcha.

Ao contrário, porém, da mistificação vendida pela propaganda, o governo Collor tende, a médio prazo, a reforçar o Estado como um instrumento a serviço da grande burguesia local e internacional, e a desorganizar a sociedade civil, principalmente os setores assalariados mais combativos. Daí não estar descartado o risco de o país caminhar, se não houver uma firme oposição, para uma ditadura civil com apoio militar.

É preciso ter claro que o governo Collor — pela forma como foi eleito, pelo estilo do presidente e pela própria situação do país — pretende inaugurar um novo período histórico, no qual o capitalismo supere a crise crônica das últimas décadas e se afirme no Brasil como a melhor forma de organização da sociedade.

Em termos simbólicos, o sucesso das medidas econômicas é fundamental para garantir a base de apoio necessária ao rearranjo do modelo pretendido, que combina autoritarismo com suporte de massa. Nesse sentido, a nossa oposição deve estender-se para além das atividades parlamentares e da defesa da democracia. É preciso, simultaneamente, apoiar as lutas do movimento popular e sindical contra o arrocho e o desemprego; integrar as prefeituras progressistas (sobretudo as do PT) no combate global ao projeto Collor; e, finalmente, investir contra os grandes grupos econômicos do país e do exterior, novamente privilegiados, embora apareçam como vítimas da política econômica collorista.

O segundo passo para a consolidação do projeto Collor é uma vitória nas eleições de outubro, que lhe assegure maioria parlamentar e controle político de Estados-chave. Nossa campanha eleitoral, portanto, deve não só articular-se com as lutas sociais contra os efeitos do pacote, apresentando alternativas claras e globais, como devem também ser capaz de conformar um bloco de oposição ao governo. Nos dois casos, o gabinete paralelo e o Lula cumprem papel destacado.

Por tudo isso é que a oposição ao governo passa pela aceleração do processo de acúmulo de forças e pelo fortalecimento do PT entre as camadas populares e médias, numa corrida contra o tempo em que nosso principal rival, mais que os outros partidos, é o próprio Estado, sob o comando autoritário e populista do Collor.

Receba o Boletim Nacional

Basta fazer a sua assinatura enviando este cupom juntamente com um cheque nominal ao Partido dos Trabalhadores — Av. Onze de junho, 260, CEP 04041, São Paulo/SP — Departamento de Circulação.



Boletim Nacional
12 edições
10 BTN's (do mês)

Não envie vale postal
Não tem cheque?
Procure o seu diretório e faça as assinaturas

Nome.....
Endereço.....
CEP..... Cidade..... Estado.....

Bancadas crescem em Brasília e no Rio

O jornalista e radialista Antero de Barros, 37 anos, natural de Cuiabá (MT), é o novo integrante da bancada federal do PT. Ele foi eleito vereador (1982) e deputado constituinte (1986) pelo PMDB. Recebeu nota dez do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar).

Também a bancada de deputados estaduais do PT no Rio de Janeiro ganhou novo reforço este ano, com a adesão da escritora Heloneida Studart. Ex-PSDB, Studart é cearense e veio para o Rio de Janeiro com 19 anos. Foi caçada e presa pela ditadura e em 78 elegeu-se deputada estadual pelo PMDB. Reelegera-se em 86, e foi fundadora do PSDB.

Jornal ainda depende de decisão do DN

Continua dependendo de avaliação da direção nacional do Partido dos Trabalhadores um projeto de jornal partidário dirigido a militantes, simpatizantes e ativistas do movimento sindical. A idéia é um tabloide quinzenal, com tiragem inicial de 50 mil exemplares e circulando através de assinaturas, distribuição em algumas bancas e venda militante.

Submetido à última reunião do Diretório Nacional, no início de abril, em São Paulo, o projeto acabou não sendo considerado. O DN remeteu a discussão à Executiva Nacional que também ainda não avaliou a idéia.

Aos companheiros petistas

Eu sempre fui do Partido dos Trabalhadores, embora, na maior parte de minha vida, não estivesse no Partido dos Trabalhadores. Presidente do Sindicato das Entidades Culturais em 1964, em 1969 a ditadura me encontrou em plena luta contra o arrocho salarial e fui, então, destituída e presa. Entre as acusações que o poder militar tinha contra mim, figurava a minha atuação no comício de 1º de maio de 68, quando falei por delegação dos sindicatos, e o bravo Wladimir Palmeira, em nome dos estudantes. Em todos esses anos, em diferentes agremiações políticas, mantive a mesma coerência, lutei ao lado da classe trabalhadora, pelas mulheres, pelos negros e pelos destituídos em geral. Nos últimos meses, uma reflexão profunda em torno do desvirtuamento dos partidos social-democratas (que historicamente sempre se integraram à vertente dos partidos), uma análise dos acontecimentos do Leste Europeu e a polarização evidente que acontece na sociedade brasileira me levaram a concluir que o território vivo da esquerda em nosso país é o PT. Sei que o PT tem hoje condições objetivas de se tornar o grande partido da esquerda moderna, pluralista e democrática. Sei que o PT caminhou na minha direção à medida que eu caminhava em direção a ele. Chegou, portanto, companheiros, o momento do nosso encontro. Entro no PT com entusiasmo, disposta ao trabalho, ao debate, à participação. Desejo colocar no peito a estrela que já tenho, há muito, no coração.

Heloneida Studart
Março/90

Em defesa da Convergência

Sou filiado em Porto Alegre e escrevo ao Boletim Nacional para esclarecer pontos de vistas meus a determinados assuntos publicados.

À companheira Ângela Fernandes (Niterói-RJ) respondo defendendo a causa da Convergência Socialista, conforme opinião desta colega, da pág. 3 BN n.º 49 (março). O PT não é uma agremiação de pessoas que pensam uma exatamente igual à outra. As correntes existem. Há os mais radicais e os que tendem ao centro-esquerda. O que importa é o objetivo comum: o Socialismo. Desde que os integrantes venham do povo para o povo, conscientes dos objetivos, respeitando o estatuto do PT, ninguém pode proibir que tal ou qual grupo de pessoas se reúnam ou pertençam ao Partido por terem opiniões diferentes (ver conceito de partido político).

Isto é uma luta democrática. Devemos aprender. Deixarmos de fazê-lo, isolar nossos companheiros como se fossem doentes, fará com que eles virem adversários. Lembramos que, afinal, os partidários do PC soviético tornaram-se burocratas desta forma: isolando os companheiros divergentes em opiniões.

O Jornal "Convergência Socialista" publicado pela CS contém críticas boas e más ao Partido (porém só verdades). Isto é bom. Afinal uma autocrítica dentro dos erros e acertos do PT é favorável. Torna, desta forma, a agremiação mais forte, os militantes mais esclarecidos e mais "apegados". Se combaterá desta maneira que o partido se torne burocrata, absorvido por um(s) grupo(s) ou corrente(s).

Daniel Jaeger
Porto Alegre — RS



Órgão da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores
Av. Onze de Junho, 260
CEP 04041, São Paulo/SP
fone: (011) 575-2299
Secretário de Comunicação
Rui Falcão

Edição Celso Horta
Secret. de Redação
Marisa Lourenço
Diagramação
Antonio J. Barbosa
Colaboradores Ana Carletti, Carlos Eduardo Carvalho, Carlos Tautz.

Gilberto Carvalho, Luiz Dulci, João Pacheco de Oliveira, Marco Piva, Paulo Vanucci
Composição, Fitolito e Impressão: Cia. Editora Jorués

ECONOMIA

CUT não negocia emprego e salário

A CUT não vai vacilar na defesa do emprego e do salário dos trabalhadores. É essa a orientação que a Central Sindical está descendo para os sindicatos filiados.

“Nós vamos Resistir”, anuncia Jair Meneghelli, presidente da CUT e membro do Diretório Nacional do PT, ao garantir que o “pior da recessão ainda está para vir”. Fundamentado no entendimento de que não se combate inflação com recessão e sim com crescimento econômico, a Central Única dos Trabalhadores promete reagir com firmeza diante de quaisquer tentativas do governo e dos patrões de avançar sobre os salários e sobre as oportunidades de emprego na economia para tentar pagar o custo da estabilização econômica do País.

A idéia de que só o crescimento econômico pode tirar o país da crise levou a CUT a propor às prefeituras progressistas do país que condicionassem quaisquer negócios com empresas privadas à garantia de estabilidade para seus funcionários. Também com base nesse princípio a CUT sentou-se no final de abril com representantes do empresariado reunidos no PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais) para conseguir deles um compromisso de estabilidade por 15 dias, sem nenhuma concessão por parte dos trabalhadores em relação à redução de salário.

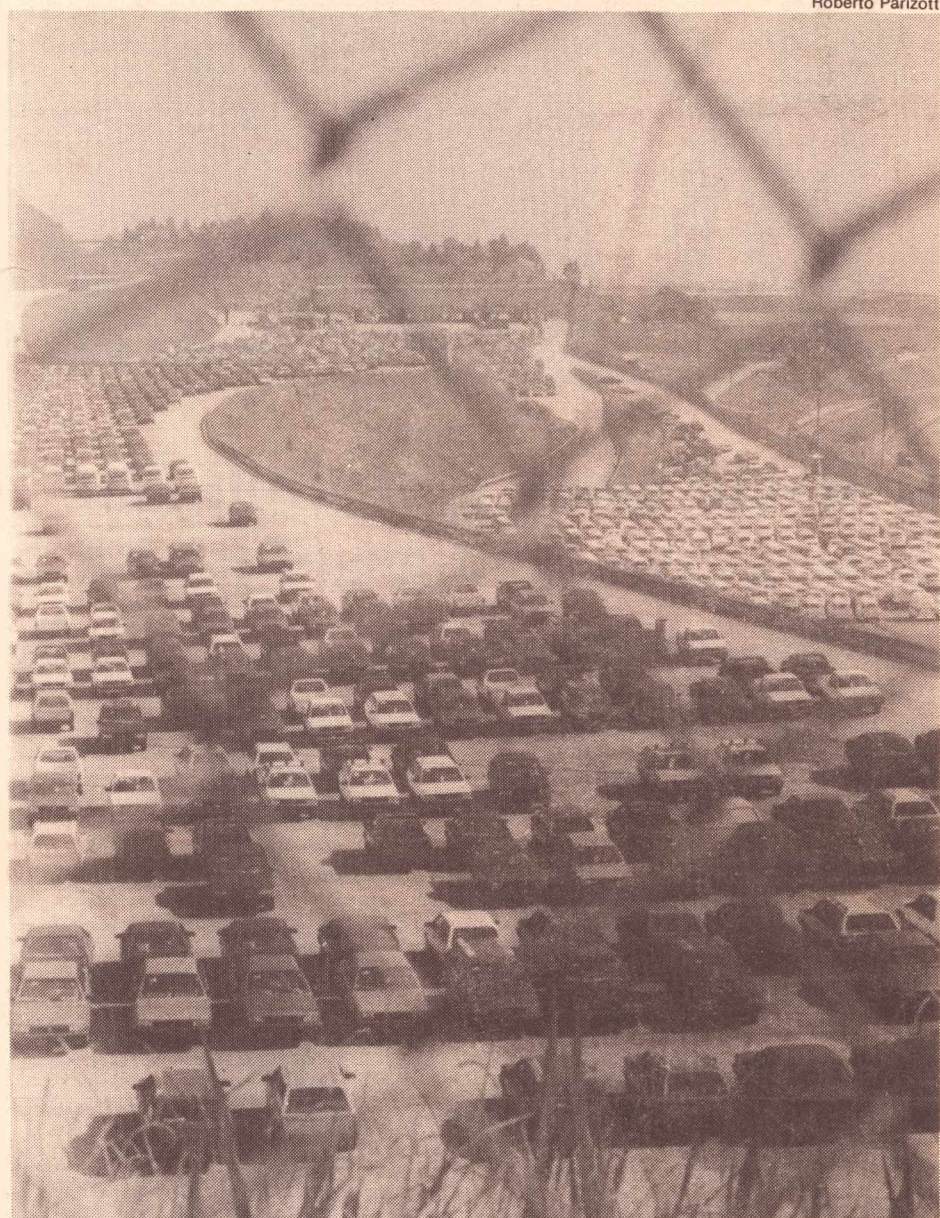
Meneghelli interpreta a proposta de Vicente Paula da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, de redução de salários com devolução posterior em troca de estabilidade, como demonstração de flexibilidade necessária no caso daquele sindi-

cato. O presidente da CUT, inclusive, entende que a proposta de Vicentinho foi feita numa conjuntura em que não havia qualquer possibilidade de ser aceita pela empresa, servindo, portanto, para mostrar que a inflexibilidade é da empresa e não dos metalúrgicos.

Com o exemplo, Meneghelli sustenta que a tática para aplicar o princípio da inflexibilidade na defesa de emprego e do salário depende de cada situação concreta. Da mesma maneira, também vai depender de cada empresa, de cada momento, a escolha da forma de luta a adotar para confrontar as decisões de promover desemprego em massa ou cortar salários dos trabalhadores.

A CUT entende que não se combate recessão com desemprego ou corte de jornada e salários. “Isso só agrava a recessão”, sustenta Meneghelli, para quem a saída está em uma solução negociada com os empresários, a única alternativa para vencer a inflação sem jogar o país numa crise recessiva sem precedentes.

Segundo Meneghelli, trabalhadores e empresários hoje têm um interesse comum e um inimigo comum. A preservação do emprego e dos salários, e a preservação das empresas, segundo o presidente da CUT, exige que empresários e trabalhadores se somem para derrotar o Plano Collor que promete desestruturar toda a cadeia produtiva. Do contrário, sustenta Meneghelli, “vai sobrar para nós, trabalhadores, a parcela maior do custo desse ajuste”.



Pátios das montadoras lotadas, o primeiro sinal da recessão, e do desemprego que se aproxima.

Sindicatos vão defender as estatais

Os sindicatos do Rio se preparam também para confrontar-se com a intenção do governo de privatizar as estatais.

Carlos Tautz

Quando Fernando Collor de Mello venceu as eleições presidenciais a dúvida mais comum entre o sindicalismo combativo era como o presidente iria enfrentar os sindicatos de luta. Como ele reagiria, por exemplo, a uma ocupação da Companhia Siderúrgica Nacional. Desconfiado com a maneira agressiva de Collor durante a campanha, ratificada pela truculência como ele baixou as medidas econômicas de 16 de março — batizadas de Plano Bra-

sil Novo — o movimento sindical encanou um ligeiro refluxo nas suas atividades. E a suposição de que o novo presidente pretendia se contrapor frontalmente à CUT foi confirmada pela escolha de Antonio Rogério Magri, um conhecido inimigo da classe trabalhadora, para o Ministério do Trabalho.

Entretanto, depois do susto inicial, o movimento sindical começou a refazer-se e a discutir medidas contrárias às pretensões colloridas de internacionalização da economia brasileira. “Neste ano vamos ter de falar a linguagem da massa trabalhadora e explicar que as medidas econômicas são recessivas e que irão causar desemprego”, explica Washington Costa, presidente do sindicato dos metalúrgicos do Rio de Janeiro. Para ele, este é o momento ideal para se colocar os problemas da dívida externa e da reforma agrária: A opi-

nião de Washington é compartilhada por Cyro Garcia, da Executiva Nacional da CUT e presidente licenciado do Sindicato dos Bancários do Rio. Cyro acha que a população “raciocina com o bolso, pragmaticamente”, e que o espanto com as medidas, no primeiro momento, se deu porque o “movimento sindical fez uma avaliação equivocada sobre a composição de forças na sociedade”. Para o bancário, o apoio ao presidente e seu plano começou a declinar depois que o governo anunciou o índice de reajuste dos salários para abril.

Outra bandeira de luta que a parcela combativa da sociedade brasileira terá de empunhar em 1990 será contra a privatização das estatais. Taxadas de ineficientes por Collor, as empresas públicas correm o risco de serem sucateadas ao capital especulativo internacional se

o Plano Brasil Novo não for barrado. Neste sentido, Mozart Queiroz, o Gaúcho da oposição cutista do Sindicato dos Petroleiros, acredita que o serviço prestado à população pelas estatais vai ter de ser rediscutido. “Além disso, temos de admitir que há problemas nestas empresas. Mas temos de chegar ao povo dizendo que o Estado pode muito bem cumprir este papel de serviços essenciais à população. Que aí não é lugar de iniciativa privada”, garante. Gaúcho também concorda que, além da garantia de emprego, o movimento sindical terá de ter a capacidade de explicar ao cidadão comum, que foi afetado durante anos pela ditadura militar com o processo de deseducação política, conceitos incomuns para o cotidiano brasileiro, como democracia, relação do Brasil com credores externos e reforma Agrária.

SECA



Em Teixeira (PB) policiais transportam alimentos para a Delegacia

O sertão ainda não virou mar e os saques continuam no NE

O Plano Collor não melhorou a vida de ninguém. Mas conseguiu piorar a situação de quem vivia o flagelo da seca no Nordeste.

O Brasil já tem seu super-herói, construído dentro do figurino global, com sua linguagem populista e sua herança de "salvador da pátria". Mas nem por isso o sertão virou mar e nem o mar virou sertão, apesar do enxugamento da liquidez promovido pelo "calote" nos grandes centros financeiros do país. E os petistas de Teixeira, uma pequena cidade do interior da Paraíba sabem disso.

Há muitos anos, as dificuldades geradas pela seca têm levado os trabalhadores a saquear feiras-livres e supermercados. Os poderes públicos, ao invés de tratar o problema como uma questão social, tratam esses conflitos como ocorrências policiais, utilizando-se das velhas práticas autoritárias e repressivas contra os trabalhadores.

Neste ano que inaugura a "Era Collor", mais uma vez o sertão está na dramática situação da seca, com homens famintos e desesperados optando pelo saque como forma de garantir a subsistência de suas famílias. No interior da Paraíba os saques já estão ocorrendo com frequência, como denuncia José Elenildo Queiroz, presidente do Diretório Municipal do PT de Teixeira. Ele conta que o primeiro saque em Teixeira ocorreu no dia 7 de abril.

Em função dessa primeira ocorrência de saque, relata Queiroz, feirantes e pequenos comerciantes do município ficaram temerosos inclusive de colocar sua mercadoria à venda na feira do dia 14. Nesse dia, vários trabalhadores famintos se concentravam em frente à Prefeitura Municipal, pedindo ao prefeito Inácio de Oliveira Amorim que



Militante do PT preso

autorizasse a distribuição de alimentos que se encontravam em um depósito vizinho à Prefeitura.

Foi quando o companheiro Paulo Xavier Batista, professor e membro do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba, exigiu do prefeito providências para que o problema da fome no município fosse resolvido. Ele queria que o prefeito decretasse estado de calamidade pública a fim de permitir a criação de frente de trabalho. Aplaudido pela multidão, relata o presidente do Diretório Municipal, o professor foi empurrado pelo prefeito e imediatamente preso pelo delegado de polícia Floriano Barbosa Oliveira Filho. Levado ao camburão, foi conduzido para a Cadeia Pública local, onde permaneceu por algumas horas.

Esse fato, segundo Queiroz, revela que o desemprego, agravado pelo Plano Collor, exige urgentes providências das autoridades. Do contrário, adverte ele, "não podemos avaliar o que poderá ocorrer com os trabalhadores e suas famílias nos próximos dias."

O calote é indispensável?

Calote não é apenas uma questão de medida, mas de concepção. Ele leva à necessidade de novo aperto monetário, desta vez ainda mais forte.

CARLOS EDUARDO CARVALHO

Deve-se criticar o plano Collor por ter dado o calote nas aplicações financeiras ou por ter feito este calote da forma indiscriminada, injusta, sem estabelecer distinções entre os atingidos? Os posicionamentos públicos do partido até aqui indicam a segunda opção. O documento da Comissão Executiva de 19/03, por exemplo, afirma que o "bloqueio do excesso de riqueza financeira constitui condição necessária e indispensável para quebrar a 'ciranda financeira' e recuperar a capacidade de fazer política econômica (...). Mas a violência do ajuste imposto no mercado financeiro ameaça o país com o risco de uma recessão prolongada". Por aí se fortalecem avaliações de que o PT no governo teria feito "a mesma coisa" na área monetária, talvez de forma mais competente; ou de que não teríamos podido fazer como Collor, por motivos políticos, embora este fosse o nosso desejo. Convém refletir melhor sobre a procedência desses comentários e sobre suas implicações.

Durante a campanha eleitoral, especialmente no segundo turno, assumimos o claro posicionamento contra calotes, alongamentos compulsórios ou quaisquer medidas unilaterais para resolver os problemas da dívida pública. A par das evidentes conveniências tático-eleitorais desta definição, estava e estou convencido de que se tratava também de uma definição estratégica, articulada com toda a concepção do nosso plano de governo e amparada nas discussões com o DN e a Comissão Executiva em abril/maio e nas resoluções do Encontro Nacional de junho. Claro que esta posição não excluía a possibilidade de, uma vez no governo, sermos obrigados a tomar medidas unilaterais no mercado financeiro, por conta de distúrbios, corridas de depositantes, pânico, etc. Mas, ainda assim, deveriam ser medidas transitórias e vinculadas a iniciativas de negociação com os credores.

Os fundamentos "técnicos" desta posição residem em que, nas condições atuais da economia brasileira (e esta relativização histórica é indispensável), medidas unilaterais sobre a liquidez dos ativos financeiros, além de não resolverem os problemas, quase certamente acabarão por agravá-los. Podemos resumir as bases desta afirmação: a) a quebra da confiança nas aplicações financeiras aumenta a desconfiança potencial na moeda, abrindo caminho para uma explosão inflacionária logo à frente e; b) esta desconfiança dificulta bastante a recomposição do crédito bancário, já travado pelas incertezas sobre a solidez das empresas do setor produtivo; c) a contenção drástica da liquidez financeira coloca de imediato o risco de uma depressão devastadora da atividade pro-

ductiva, levando o governo a remonetizar a economia de forma cada vez mais descontrolada, emitindo dinheiro novo ou abrindo linhas de crédito especiais; d) o nível anterior de liquidez acaba sendo refeito ao cabo de poucos meses, mas aí o controle monetário fica ainda mais difícil, pela inexistência da âncora que as aplicações financeiras antes propiciavam, por mais precária que fosse esta âncora.

Estes são riscos embutidos no plano Collor, e que não seriam menores se o calote (ou alongamento compulsório) fosse mais "suave" ou "seletivo". O problema não é de execução, é de concepção. O mais provável é que, passado o impacto inicial, o governo comece a se assustar com o tamanho da recessão, e solte as "torneirinhas"; a economia se reanima e a inflação dá sinais outra vez; na sequência, um novo arrocho monetário, ainda mais violento (talvez carimbar as cédulas, para reter partes dos cruzeiros guardados em casa), e depois sabe-se lá o quê.

E aqui reside o fundamento político da posição categoricamente contrária a qualquer forma de calote: só é possível alguma solução duradoura para a crise econômica por meio da negociação de um pacto abrangente, que restaure a credibilidade na ação estatal e, por extensão, no padrão monetário. Fora disto restam apenas as soluções selvagens, que a crise e desagregação do plano Collor recolocarão no horizonte do país daqui a alguns meses. O calote dificulta enormemente esta negociação, não a favorece. O calote dificulta a recuperação dos mecanismos de financiamento da economia. O calote favorece as soluções selvagens, pelo precedente criado.

Quando a crise do plano Collor se manifestar de cheio, nosso partido poderá jogar um papel decisivo. Mas para isto terá que se credenciar como um possível fiador de uma nova ordem, que corresponde à

Um novo arrocho, talvez carimbar as cédulas.

correlação de forças e aos anseios da maioria dos brasileiros, em especial dos trabalhadores e das camadas médias. Só que para isto ele precisará mostrar-se de fato não só como uma força capaz de defender coerentemente os interesses de suas bases históricas, mas também capaz de negociar e de assumir os pactos decorrentes das negociações e de respeitar suas regras.

Ao deixarmos entreaberta a tentação de adotar ou apoiar medidas de força e unilaterais na área monetária, não nos credenciamos para esta negociação. Ao contrário, mostramos que não confiamos tanto assim na possibilidade de saídas pactuadas. E mais, indicamos que ainda nos seduzem algumas miragens inteiramente inadequadas ao atual momento histórico do país.

GABINETE PARALELO

Seminário discute medidas econômicas

A intenção é fazer uma avaliação criteriosa e aprofundada das medidas antiinflacionárias adotadas pelo governo.

Sérgio Canova

O PT abre e se abre para o debate. Através do Seminário "Brasil 90", a ser realizado dias 5 e 6 de maio, em São Paulo, o PT toma a dianteira e promove a primeira avaliação do novo governo na perspectiva de subsidiar ações políticas no campo da oposição popular. A novidade é que, desta vez, dirigentes e personalidades petistas debaterão com pessoas de fora do Partido e/ou que tenham posições antagônicas às do PT. Serão cinco painéis e oito mesas, reunindo lideranças de expressão como Lula, Luiz Gushiken, Plínio de Arruda Sampaio, Leonel Brizola, Roberto Freire, Miguel Arraes, prefeitos, economistas, juristas, sindicalistas, sociólogos, jornalistas, intelectuais, artistas, técnicos etc. A promoção e organização do Seminário é do Gabinete ou Governo Paralelo do PT.

Mais do que uma primeira avaliação do novo governo, "Brasil 90" pretende abrir um espaço reflexivo amplo e pluralista, trazendo para o debate representantes de diversas forças políticas, intelectuais de expressão e personalidades da sociedade civil. "Essa iniciativa do Partido para a sociedade baseia-se no princípio de que o debate e o con-

PAINÉIS REÚNEM TÉCNICOS E LIDERANÇAS POLÍTICAS		
<p>PAINEL n.º 1 — "Governo Collor: a crise do Estado e a questão democrática". Participantes: Plínio de Arruda Sampaio, José Arthur Gianotti, Francisco Weffort e Márcio Thomaz Bastos. Coordenador: José Dirceu.</p> <p>PAINEL n.º 2 — "Plano Collor: alternativas e impactos". Participantes: Aloízio Mercadante, Cesar Maia, José Serra, Luciano Coutinho e Luiz Paulo Rosemberg. Coordenador: Waldimir Pomar.</p> <p>PAINEL n.º 3 — "Emprego, salários e relações trabalhistas". Participantes: Walter Barelli, Dorothea Werneck, Jorge Matoso, Roque Aparecido, José Paulo Veetano Chaad e Jair Meneghelli. Coordenação: Cezar Alvarez.</p> <p>PAINEL n.º 4 — "Administrações populares: balanço e perspectivas". Participantes: Luiza Erundina, Marcelo Alencar, Artur Virgílio, Jacó Bittar e Telma de Souza. Coordenação: Luis Dulci.</p> <p>PAINEL n.º 5 — "Os desafios da oposição popular". Participantes: Lula,</p>	<p>Leonel Brizola, Roberto Freire e Miguel Arraes. Coordenação: Plínio de Arruda Sampaio. Com esse painel, pretende-se organizar um espaço no encerramento do Seminário para o debate das diversas posições políticas à esquerda e buscar definições táticas no campo da esquerda popular.</p> <p>MESAS</p> <p>MESA N.º 1 — "Avaliação da política agrária e agrícola". Participantes: Agostinho Guerreiro, José Gomes da Silva, Hamilton Pereira e Pedro Camargo. Coordenação: Avelino Ganzer.</p> <p>MESA N.º 2 — "Avaliação das políticas sociais". Participantes: David Capistrano, Darci Ribeiro, Wilnes Henrique e Amélia Cohn. Coordenador: Luiz Eduardo Greenhalgh.</p> <p>MESA N.º 3 — "Avaliação da política de meio ambiente e energética". Participantes: Aziz Ab'Saber, Luiz Pinguelli Rosa, Carlos Minc, Ailton Krenak e Márcio Santilli. Coordenador: Luiz Carlos de Menezes.</p> <p>MESA N.º 4 — "A política internacio-</p>	<p>nal e o novo governo". Participantes: Fernando Henrique Cardoso, Antônio Houaiss, José Álvaro Moisés e Carlos Nelson Coutinho. Coordenador: João Machado.</p> <p>MESA N.º 5 — "A reforma do Estado e as estatais". Participantes: Samuel Mac Dowell, Jorge Bittar, José Carlos Miranda, Gilmar Carneiro e Carlos Eduardo Carvalho. Coordenador: Hélio Bicudo.</p> <p>MESA N.º 6 — "A questão regional". Participantes: Olivio Dutra, Francisco de Oliveira, Wilson Cano, Tânia Bacelar de Araújo e José Sérgio Gabrielli. Coordenador: Eurides Mescolotto.</p> <p>MESA N.º 7 — "Política cultural". Participantes: Marilena Chaui, Ester Gois, Caio Gracco, Augusto Boal e Antônio Cândido. Coordenador: Rui Falcão.</p> <p>MESA N.º 8 — "Democracia e Comunicações". Participantes: Ricardo Kotscho, Clóvis Rossi, José Marques de Melo, Alexandre Machado e Regina Festa. Coordenador: Perseu Abramo.</p>

fronto com outras concepções políticas assume papel decisivo no processo de elaboração teórica e política", diz um trecho da carta-convite enviada aos 60 convidados para integrar os painéis e mesas.

O Seminário terá como público alvo dirigentes do Partido, dirigentes nacionais do movimento sindical e popular, intelectuais e representantes de entidades da sociedade civil e de organizações

não-governamentais. Os debates dos painéis e das mesas deverão ser publicados em livro, para que a militância petista tenha acesso ao conteúdo das discussões. "Brasil 90" é a segunda atividade pública do Governo Paralelo do PT. Na primeira, dias 16 e 17 de março, colaboradores do Governo Paralelo estiveram reunidos com a Comissão Executiva nacional do Partido para uma primeira avaliação das primeiras

medidas do novo governo.

Os debates do "Brasil 90" serão em dois níveis. Nos **painéis** estarão envolvidos todos os participantes do Seminário e tratarão de temas gerais. Nas **mesas**, que reunirão participantes por temas específicos, serão feitas avaliações mais detalhadas das medidas do novo governo.

Acima quadro com nomes dos participantes.



A idade média dos ônibus da CMTC é superior a seis anos.

Prefeitura cria condições para estatizar

Depois de um ano de administração democrática e popular, as condições do transporte em São Paulo são ainda precárias. As frotas da CMTC (Companhia Municipal de Transportes), e principalmente, as das empresas particulares mantêm praticamente os mesmos oito mil ônibus que serviam aos paulistanos há dez anos.

A situação crítica do transporte em São Paulo é um verdadeiro estopim dentro do PT. Parcela da militância acredita que a história seria bem diferente se, ao invés de optar pela municipalização dos transportes, a Prefeita Luiza Erundina tivesse partido direto para sua estatização, uma velha bandeira do Partido.

Há recursos para implementá-la, estimados em US\$ 180 milhões. Os empresários até demonstram interesse em vender as frotas. Mas, então, porque não realizá-la?

O maior inimigo da estatização do transporte por ônibus, como a própria experiência do PT em outras administrações já demonstram, é o estado de manutenção, conservação e confiabilidade das frotas das empresas missionárias. Os coletivos têm uma idade média de mais de 6 anos e estão em péssimas condições. Isso porque o sistema de remuneração adotado por governos anteriores incentivava a exploração do serviço. Recebendo por passageiros transportados, os empresários estimulavam o aumento das tarifas e ainda colocavam poucos ônibus nas ruas, com a mesma margem de lucro.

Com a municipalização, o transporte público de São Paulo ganhou outra feição. Para começar, todo o lucro das particulares está sendo dirigido para a melhoria do transporte público. É que a arrecadação diária das empresas fica em poder da

CMTC que, ao final do mês, remunera os empresários pelo serviço.

Eles podem receber mais ou menos, dependendo da idade média de suas frotas, da qualidade do serviço prestado e do respeito à programação de horários. Agora, o pagamento é feito também por quilômetro rodado, o que acaba com o incentivo para levar muitos passageiros em poucos ônibus.

Tudo isso junto, além de levar a uma efetiva melhoria do transporte público de São Paulo, cria condições para sua estatização. Não das sucatas de hoje, mas de um transporte realmente eficiente. A curto prazo permite que a CMTC mantenha e aperfeiçoe as tarifas sociais, com o "passe fácil". É que, como o pagamento das empresas está desvinculado do valor das passagens, a Prefeitura tem ampla possibilidade de fixá-las, ouvindo uma única parte: a população. (Chico Damaso)

ELEIÇÕES 90

Quadro nacional é ainda indefinido afirma Dirceu

O PT tem chances de ir para o 2º turno das eleições para governador em vários estados, a começar por São Paulo e Minas. Mas a conjuntura ainda pode interferir nesse quadro, jogando o eleitorado para a direita ou esquerda, sustenta José Dirceu, secretário geral do PT.

Ainda é cedo para tentar caracterizar com detalhes o quadro exato em que as eleições deste ano devem ocorrer. Os possíveis desdobramentos do Plano Collor tanto podem jogar o eleitorado à esquerda ou à direita, impedindo, por enquanto, uma avaliação mais precisa das possibilidades eleitorais do PT em nível nacional.

A opinião é do secretário-geral do PT, José Dirceu, que resumiu para o **Boletim Nacional** o panorama sucessório nacional. Dentro da estrutura orgânica, Dirceu é o dirigente nacional responsável pelo acompanhamento dessa discussão.

Segundo Dirceu, para o Plano dar certo, “de acordo com sua própria lógica, o país deve ser jogado em profunda recessão, com desemprego e perdas salariais”. Collor, na avaliação do secretário, vai também pagar o preço eleitoral de ter criado a ilusão da “inflação zero”. São fatores dessa ordem que tornam impossível, por enquanto, avaliar a repercussão eleitoral da ação política de Collor. No horizonte das possibilidades, sustenta Dirceu, é preciso considerar inclusive a perda de controle por parte do governo sobre a economia, com suas conseqüências sociais imprevisíveis.

Essa questão levou Dirceu a enfatizar a necessidade de colocar na ordem do dia a defesa das liberdades democráticas. O fracasso do Plano — afirma — “pode levar à tentativa de Collor de assumir poderes extraconstitucionais com respaldo militar”.

Por ora, no entanto, Dirceu acredita que o PT já garantiu ganhos importantes com as eleições deste ano. O tempo de televisão que ocupará em todo o País, e o quadro de alianças já estabelecido em vários estados assegura ao Partido uma posição privilegiada nas eleições de outubro. Na opinião do secretário, os encaminhamentos em nível nacional revelam, por outro lado, a carência dentro do PT de nomes adequados à luta institucional em vários estados.

Outra dificuldade apontada pelo se-

cretário-geral é a tendência das bases partidárias de não “ver a política de alianças como estratégia da política partidária, mas apenas como comportamento utilitário de angariar apoio para ganhar eleições”. Na opinião de Dirceu, contudo, o resultado das articulações desenvolvidas até agora garante ao PT dobrar sua bancada federal e permitem acreditar na possibilidade de ir para o segundo turno das eleições para governador nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Pará, além de Brasília.

Além destes estados, o PT conseguiu formar coligações no Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Alagoas e Amazônia em torno de candidatos próprios, segundo mostra o levantamento feito pelo BN em alguns estados. Um quadro completo das candidaturas do PT em todo o país só será possível depois de completados os Encontros Regionais (ver calendário nesta página).



São Paulo: falta o nome do vice

São Paulo — A candidatura do deputado federal Plínio Sampaio está praticamente consolidada dentro do PT. A chapa ainda não definiu um vice, mas o vereador Eduardo Matarazzo Suplicy deve ser o candidato ao senado pelo Partido. A chapa tem condições de reproduzir no estado a Frente Brasil Popular que levou Lula ao segundo turno em novembro do ano passado. O PDT deve lançar seu próprio candidato embora não tenha nomes eleitoralmente fortes no estado. Ainda assim, diante dos vários candidatos da direita, as chances de Plínio Sampaio chegar ao 2º turno são grandes.



Santa Catarina: o candidato será do PDT

Santa Catarina: está consolidada a Frente Popular em torno da

Minas: possibilidades são grandes

Minas — A unidade da esquerda e a chapa

própria de governador e senador do PT já estão definidos. Falta a definição do candidato a vice-governador que deve sair dos demais partidos de coligação. O candidato a governador será João Paulo Pires e o candidato ao senado será Virgílio Guimarães membro do Diretório Nacional do PT. O quadro eleitoral do Estado já está mais ou menos definido. O PSDB lança, junto com o PCB, Pimenta da Veiga para concorrer ao governo. As chances do PT conseguir ir para o segundo turno são grandes, ainda que a frente com o PDT possa estar comprometida em função dos encaminhamentos em outros estados.



candidatura do senador Nelson Wedekin, do PDT. A Frente reúne ainda o PV, PSB, PCdoB, PCB e PT. O candidato a vice-governador é Eurides Mescoloto da Executiva Nacional do PT e a vaga ao Senado está em aberto.

A direita unificada (PFL, PDS, PDC) sai com uma chapa forte (Wilson Kleinubing para governador, Konder Reis para vice e Espiridião Amim para senador), podendo chegar ao segundo turno.

Também são grandes as chances da Frente Popular principalmente se PMDB e PSDB lançarem candidaturas próprias. No caso desses dois partidos se unirem a disputa com a Frente se acirra.



Brasília: falta definir o governador

Brasília: o candidato do PT ao governo de Brasília ainda está para ser definido. Os dois



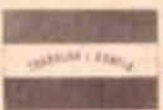
ELEIÇÕES 90

nomes que polarizam a disputa são Lauro Campos, professor universitário, candidato a senador em 86, e o atual presidente do PT Orlando Carrielo, arquiteto e presidente do Sindicato dos Servidores Públicos. O resultado da campanha "Lula-Presidente" no ano passado revela que o PT tem grandes chances eleitorais em Brasília. Chegar ao 2º turno depende no entanto das possibilidades de viabilizar a "Frente Brasília Popular", ainda indefinida. Em relação ao PCB, PCdoB, PSB e PV não há maiores dificuldades. A indefinição é por parte do PSDB, que, se optar por candidatura própria, pode enfraquecer a alternativa de chapa com o PT na cabeça. A disputa deve polarizar com o candidato de Collor, o ex-ministro da agricultura Joaquim Roriz, também ex-vice governador de Goiás, e ex-governador do Distrito Federal, indicado por Sarney. O PDT está fora de qualquer aliança no 1º turno porque vai concorrer com candidato próprio, o senador Maurício Correia.



Rio de Janeiro: Jorge Bittar é o candidato

Rio de Janeiro: o PT deve sair com candidato próprio, Jorge Bittar. A única aliança consolidada é com o PSB. A frente com o PV e o PCdoB ficou difícil porque esses partidos querem autonomia no tempo de TV para seus representantes. O PCB ainda está indefinido entre ficar com o PT ou aderir ao PDT de Brizola.



Espírito Santo: Buaiz não é candidato

Espírito Santo — A impossibilidade de Vitor Buaiz, prefeito de Vitória,

concorrer ao governo do Estado pelo PT, dificultou bastante a reconstituição da Frente Brasil Popular no Estado. Sem Vitor o PDT discute até mesmo candidatura própria, talvez um secretário do governador Max Mauro que aderiu ao PDT. O PSDB está dividido e não sabe ainda quem apoiar.



Goiás: PT faz chapa completa

Goiás — Pré-convenção do PT decidiu lançar Valdi Camárcio, membro do Diretório Nacional do PT e secretário de Finanças Nacional, como candidato a governador. O candidato a vice também será indicado pelo PT e deverá ser a psicóloga de Itumbiara, Raimunda Montelo. Da mesma forma o candidato a senador deve ser o jornalista a ex-presidente do PT no Estado, Atos Pereira. A coligação em Goiás está sendo negociada com o PSB, o PCdoB e o PV

que devem indicar apenas candidatos proporcionais. A expectativa geral dentro do Partido em Goiás é a de que há condições de ir para o segundo turno. A direita está dividida entre o ex-ministro da agricultura de Sarney Iris Resende, que sai pelo PMDB, Paulo Roberto Cunha, ex-prefeito de Rio Verde que sai pelo PDC, e Pedro Canedo, deputado federal de Anápolis que vai disputar representando o PRN. Mas todos eles disputam o apoio de Collor. O PDT tem seu candidato próprio, o senador Iran Saraiva, que deve dividir os votos progressistas com o PT.



Pernambuco: pode sair Jarbas Vasconcelos

Pernambuco — O PT ainda não definiu se tira ou não candidato próprio

em Pernambuco. A possibilidade de coligação mais ou menos ampla está ligada também à possibilidade de apoio ao nome de Jarbas Vasconcelos, que tem grandes chances de ganhar o governo do Estado. Apoiado por Miguel Arraes, com o apoio do PSB, PCdoB e PT seria praticamente imbatível. A decisão do PT será tomada no encontro regional que foi adiado para 11 de maio.



Acre: coligação reúne do PT ao PSDB

Acre — Fechada a aliança PT, PV, PDT, PCdoB e PSDB. O candidato a governador é Jorge Viana, do PT. Vice é o médico José Alberto, também do PT e a vaga ao senado será disputada pelo atual senador do PDT Mário Maia.



Mato Grosso: candidato ao Senado é do PDT

Mato Grosso — A Frente está formada com o PDT, PCdoB, PCB, PV, PSB e PT. O candidato a governador é do PT, o companheiro Luiz Scaloppe. O vice e o Senador ainda estão sendo escolhidos e possivelmente serão dos partidos coligados. A Frente foi formada em cima de uma carta de princípios e um programa mínimo de governo.

ENCONTROS ESTADUAIS

Realizados

Amapá
Bahia
Ceará
Pará
Rio de Janeiro

Programados 5 e 6 de maio

Santa Catarina
Acre
Goiás
Mato Grosso
Paraná
Rondônia
Rio Grande do Sul

12 e 13 de maio

Pernambuco
Mato Grosso do Sul
Minas Gerais
Alagoas
Piqui

19 e 20 de maio

Maranhão
Distrito Federal
Espírito Santo
Paraíba
Sergipe

26 e 27 de maio

São Paulo

Sem definição

Amazonas
Roraima
Tocantins



PT discute estratégia e elege direção

Socialismo, estratégia política para os anos 90, tática eleitoral e democracia interna, além de uma nova direção para o biênio 90/91 são os principais objetivos do VII Encontro Nacional do PT.

Com a presença de 650 delegados de todo o País, o Partido dos Trabalhadores realiza entre os dias 31 de maio e 3 de junho, no Centro de Convenções do Anhembi, em São Paulo, seu VII Encontro Nacional. Além de discutir sua concepção tática e estratégica diante de uma nova conjuntura nacional e internacional inaugurada com a década de 90, o Encontro deverá também escolher uma nova direção nacional que vai dirigir o PT no próximo biênio.

No calendário do Partido este ano, o Encontro Nacional ocorre depois que todos os diretórios municipais e regionais fizeram seus encontros e renovaram suas direções. O temário de discussão definido pelo Diretório Nacional para o VII Encontro compreende a concepção de socialismo do PT, a questão da estratégia e da tática do Partido para os próximos anos, inclusive para as eleições deste ano, bem como os princípios de vida orgânica que vão nortear o funcionamento interno do Partido.

Em torno desse temário, as diferentes correntes políticas representadas dentro do PT apresentaram seus pontos de vista em teses que foram impressas para que a discussão do VII Encontro possa ser enriquecida com a mais ampla participação possível dos militantes do Partido. Ao todo são oito documentos assinados pela Articulação, Convergência Socialista, Democracia Socialista, Força Socialista, Movimento por uma Tendência Marxista, Nova Esquerda, O Trabalho e Vertente Socialista. Reunidos em um tablóide de 100 páginas, com uma tiragem de 10.000 exemplares, eles serão vendidos à militância por Cr\$ 100,00 o exemplar.

A importância do Encontro, destaca Luiz Gushiken, presidente Nacional do PT na apresentação do BN Especial que publica as teses, é que o Partido adquiriu tal peso na sociedade brasileira que suas deliberações transcendem sua própria dimensão, constituindo-se em referência natural das várias forças de esquerda e de todo o campo democrático-popular.



A Tese da Articulação compõe-se de três blocos. No primeiro, ela aborda a crise do chamado "socialismo real", recupera o que o PT já acumulou sobre nosso projeto socialista e faz uma primeira sistematização do que vem emergindo, nesses dez anos de vida, como eixos básicos de nossa estratégia rumo à conquista da nova sociedade.

No segundo bloco, a Articulação examina o caráter do Governo Collor e as tarefas colocadas para o PT na presente conjuntura. No terceiro, estabelece a relação entre nossa luta pela conquista de hegemonia e a questão orgânica.

A crítica à experiência do "socialismo real" parte de dois pressupostos: a necessidade de aprofundar o balanço de uma maneira que assegure a participação e contribuição de amplas bases partidárias e, também, a reafirmação de que realizamos tal crítica dentro de uma perspectiva assumidamente socialista.

Na sistematização da estratégia, a Tese da Articulação apresenta nove aspectos centrais de nossa linha estratégica: a concepção da luta e do partido de massa, a idéia da disputa de hegemonia na sociedade, a necessária combinação entre diferentes formas de luta, o entendimento da democracia como valor estratégico etc.

No bloco sobre conjuntura, são apontadas as tarefas que temos na perspectiva de derrotar o projeto neoliberal imposto por Collor: importância da disputa institucional e das eleições deste ano, a necessária articulação disso com as lutas sociais, o papel destacado do Governo Paralelo e do companheiro Lula etc.

No tópico sobre organização a Tese propõe novo esforço de revitalização dos núcleos e a introdução, em nossa prática, de constantes plenárias e assembleias partidárias.



Mudar o rumo político de nossas administrações municipais, iniciar a estatização dos transportes coletivos, utilizar as prefeituras para apoiar a auto-organização dos trabalhadores para impulsionar as lutas das massas, para garantir liberdades mais amplas para o povo, é uma das posições que a Convergência Socialista sustenta nas teses que apresentou à discussão do VII Encontro.

Avaliando que o desempenho das prefeituras governadas pelo Partido foi um dos três erros que levaram à derrota de Lula no ano passado, a Convergência entende a campanha eleitoral como vitoriosa: "os comícios de apoio a Lula entre setembro e dezembro foram as maiores mobilizações políticas de massas desde a campanha pelas diretas em 84".

Segundo o documento, o Brasil mudou em 89 porque "mudou a correlação de forças entre as classes, porque a greve geral de março e a campanha Lula-Presidente aprofundaram a crise do governo e do regime".

Denunciando as coligações com o PDT e o PSDB "como renúncia à independência política e ruína eleitoral do PT", a Convergência sustenta que o PT deve apresentar em todo o país candidatos próprios nas eleições deste ano. "O imenso e gigantesco crescimento eleitoral do PT em 89 colocou ainda mais em crise todos os partidos burgueses do país. Uns porque apoiaram Sarney e os seus cinco anos de desastres, outros porque foram parte do Centrão, todos estão mergulhados numa crise profunda. Mesmo o PDT não escapou incólume com a derrota de Brizola no 1º turno". Com essa avaliação a Convergência acredita

que fazer coligações com esses partidos em 90 seria "aceitar que candidatos de partidos burgueses com muito menos peso que o PT pudessem se aproveitar do prestígio do nosso Partido e de Lula como tábuas de salvação".



A construção do partido revolucionário é o principal elemento estratégico que vai permitir a vitória dos trabalhadores. A criação de organismos de poder popular, a formação do bloco antimonopolista, a ocupação de posições na "institucionalidade" e o enfrentamento do problema militar são os "demais elementos estratégicos" a serem perseguidos pelos revolucionários hoje no Brasil, segundo as teses apresentadas pela DS-Democracia Socialista aos delegados do VII Encontro.

Ao defender seu programa de ação e suas concepções políticas, a DS identifica como erro da direita (reformista ou socialdemocrata) confundir governo e poder, "encarando as possibilidades de transformação social a partir de um deslocamento da correlação de forças no interior do Estado bur-

Encontro Nacional



10 anos
10/02/1980

Encontro Nacional

guês". Isso resulta, acredita a DS, em encarar a luta de classes a partir de uma ótica distributivista.

O desvio à esquerda, segundo ainda a tendência, "consiste em estabelecer um programa maximalista, combinado com a criação do poder popular à margem da conjuntura, sem equacionar a relação de seu desenvolvimento com a crise da institucionalidade burguesa". Para a DS, entre estes dois desvios estratégicos, "o socialdemocrata e o esquerdista — está o desafio de ir criando uma dinâmica de transcrescimento das lutas reivindicatórias e eleitorais dos trabalhadores".



Nosso projeto de Resolução parte da crítica simultânea ao capitalismo ocidental e às formações sociais falidas da Europa oriental. Defendemos uma sociedade socialista intrínseca e realmente democrática e humanista, onde os trabalhadores estejam organizados em classe hegemônica e politicamente dominante. Eis a única maneira de transitarmos a um futuro sem classes e solidário, onde não haja exploração e opressão, onde

os indivíduos possam ser verdadeiramente livres.

Demarcando com a ossificação dogmática do marxismo, oficializada pelo estalinismo, rejeçamos a idéia de que o socialismo seja o resultado inevitável de uma História pré-traçada. Mas diferenciando-nos igualmente do idealismo dogmático, rejeitamos a idéia de que o socialismo seja o produto de imperativos morais baseados no indivíduo abstrato e dissolventes da luta de classes em uma espécie de voluntarismo liberal.

Assim, concebemos a estratégia socialista como a mediação entre o fim histórico-subjetivo e a objetividade do mundo, isto é, como práxis de um sujeito finito. Daí analisarmos circunstanciadamente o terreno nacional, o que as inflexões dogmáticas menosprezam com suas fórmulas prontas e suas unilateralidades metafísicas. Resgatamos assim a categoria marxista de ser social, onde a subjetividade é uma dimensão essencial.

A partir deste enfoque, propomos que o PT defina os seguintes elementos estratégicos: o socialismo como objetivo revolucionário; a desconstituição do Estado burguês e a fundação de um novo Estado como pressuposto político; o bloco histórico como substrato social das alianças; o proletariado como classe hegemônica e principal base de massas; um programa fundado na apropriação social dos meios de produção e que tenha na democracia socialista o princípio diretor; as relações entre a disputa de hegemonia e o enfrentamento com o Estado; dentre outros.



A Nova Esquerda apresentou um conjunto de teses sobre os quatro temas em discussão no VII Encontro: socialismo, estratégia, conjuntura e organização partidária. As teses se propõem a não ser apenas opiniões sobre cada um dos quatro temas. Pretendem se constituir num todo articulado, no qual organização e tática são partes integrantes de uma visão geral sobre o socialismo e a estratégia, ao mesmo tempo em que socialismo e estratégia se concretizam numa tática e numa concepção organizativa.

Talvez o que haja de particular nas teses da Nova Esquerda sejam os pressupostos a partir dos quais eles são formulados. Estes pressupostos consistem numa posição crítica e autocrítica no interior do marxismo. Com base na constatação de que a crise do socialismo não é apenas prática, mas também

teórica — é uma crise do próprio pensamento socialista — a Nova Esquerda entende que a saída para esta crise exige uma profunda reformulação do pensamento.

Assim, formula uma concepção de socialismo, que define como "humanística e democrática", contrapondo-a à socialdemocracia e ao burocratismo do "socialismo real". E elabora uma linha estratégica em função desse objetivo e com base numa "leitura" a respeito da nossa realidade nacional. Apóia-se amplamente em categorias gramscinianas, mas recusando a interpretação "eurocomunista" de Gramsci, considera indutora de posições reformistas.

Na tática, faz uma caracterização da nova situação do país sob o governo Collor, inclusive do plano econômico, para deduzir daí as atitudes fundamentais do PT. E na questão organizativa, sistematiza um conjunto de propostas, mas enfatizando a discussão sobre concepções partidárias, já que o tema da organização deverá ser discutido no VII Encontro, mas será objeto de deliberação apenas no I Congresso do partido.



Efetivar uma vigorosa oposição ao governo Collor e à direita; aprofundar a estratégia socialista e a defesa do socialismo; trabalhar para impor uma grande derrota ao governo e seus aliados nas próximas eleições; aprofundar a construção e fortalecer a CUT e a estrutura partidária; clarear e garantir uma eficaz direção político-administrativa para as prefeituras sob nossa responsabilidade, são as tarefas que a tendência Força Socialista defende nos documentos que apresentou à discussão do VII Encontro Nacional.

Os textos apresentados, de acordo com a Coordenação Nacional da tendência, correspondem à primeira versão das contribuições da Força Socialista à discussão do temário do Encontro. São dois conjuntos de textos: um relativo à questão do socialismo e da estratégia, e outro ao momento atual e à tática, incluindo uma análise "preliminar" do Pacote Econômico do governo Collor.

Segundo a Coordenação Nacional, no estágio de elaboração em que os documentos foram apresentados, suas propostas não resultam de deliberação do conjunto da tendência. Ela anuncia que essas propostas passarão ainda por modificações, cortes e enriquecimento advindos "do entrelaçamento de posições das várias instâncias

do partido e do processo de preparação da Força Socialista para o VII Encontro Nacional do PT".

Feitas as ressalvas, as teses apresentadas sustentam o caráter socialista da revolução no Brasil. "Uma revolução social, para quebrar o eixo central de articulação do sistema de exploração, deverá atingir fundamentalmente e de um golpe seu setor mais dinâmico, os oligopólios e monopólios modernos. A partir daí, a instalação do controle dos trabalhadores sobre esses pólos permitirá iniciar a construção de um novo tipo de desenvolvimento nacional. Uma revolução cujo eixo é a socialização dos principais meios de produção da sociedade só pode ser uma revolução socialista".



A classe operária pode tomar o poder do Estado das mãos da burguesia, expropriar o capital e iniciar a transformação socialista num só país. Mas, constituir uma sociedade socialista só será possível em escala mundial. É a partir da idéia de negar a possibilidade do socialismo em um só país, que a Corrente O Trabalho analisa o quadro internacional do socialismo nas teses que apresentou à discussão do VII Encontro Nacional do PT.

No seu documento a tendência aborda a conjuntura do país em seguida a vitória de Collor, entendendo que as organizações "que as massas construíram — PT, CUT, MST, etc, continuaram intactas". Segundo O Trabalho, "desfeitas as brumas do pacote Collor, em pouco tempo a realidade da entrega do país para pagar a dívida, o violento arrocho salarial, o confisco da poupança, as demissões e a privatização, tudo isso colocará as massas em movimento com suas organizações."

Nas teses encaminhadas à discussão dos delegados ao VII Encontro a tendência polemiza com as instâncias partidárias: "Nossa direção, nossos deputados, tem que falar a verdade sobre o Plano, e não procurar "aspectos positivos."

O Trabalho se confronta também com as lideranças sindicais petistas ao exortá-las a "não se abraçar com os pelegos do "sindicalismo de resultados" e dirigentes patronais em supostas demandas comuns de financiamento etc". Um sindicalismo "de classe", garantem os ideólogos de O Trabalho, "defende o trabalhador contra o governo e o patronato, e não a 'empresa'."

A Reorganização do PT, Uma Nova Era da Luta pelo Socialismo no Mundo e A Revolução Social é Possível no Brasil são os três documentos apresentados pela tendência Vertente Socialista a título de teses para a discussão do VII Encontro Nacional do PT. Diz a Vertente na introdução aos seus documentos que "a idéia (e o 'modelo') que temos de partido é função da nossa concepção de socialismo e de nossa concepção de revolução social, mesmo que os pressupostos e fundamentos dessas visões não estejam explícitos".



Ainda na introdução, a tendência estabelece que seu "referencial teórico" é uma "visão ampliada de partido". "Uma concepção ampliada de revolução, decorrente de uma visão ampliada da dominação burguesa como supremacia — isto é, como articulação e coerção política com a hegemonia ideológica — exige, conseqüentemente, uma visão também ampliada de partido".

Ao procurar definir o que é essa visão "ampliada", a Vertente parte do princípio de que não poderá ser um partido leninista (tal como foi ideologizado e difundido para o mundo inteiro, pelos ideólogos russos da III Internacional, o modelo esboçado por Lenin em 1902 no "Que Fazer" nem, muito menos, poderá ser um partido gramsciano de tipo eurocomunista.

Mas a Vertente aponta tarefas que na sua opinião são fundamentais para alimentar a "ampliação partidária": imprensa partidária e "rede povo" (veículos de comunicação do campo democrático e popular), foruns de debate sobre grandes gestões nacionais, organização de uma editora nacional do partido, articulação de uma rede de instituições privadas de pesquisa e de formação política e a dinamização do Governo Paralelo.



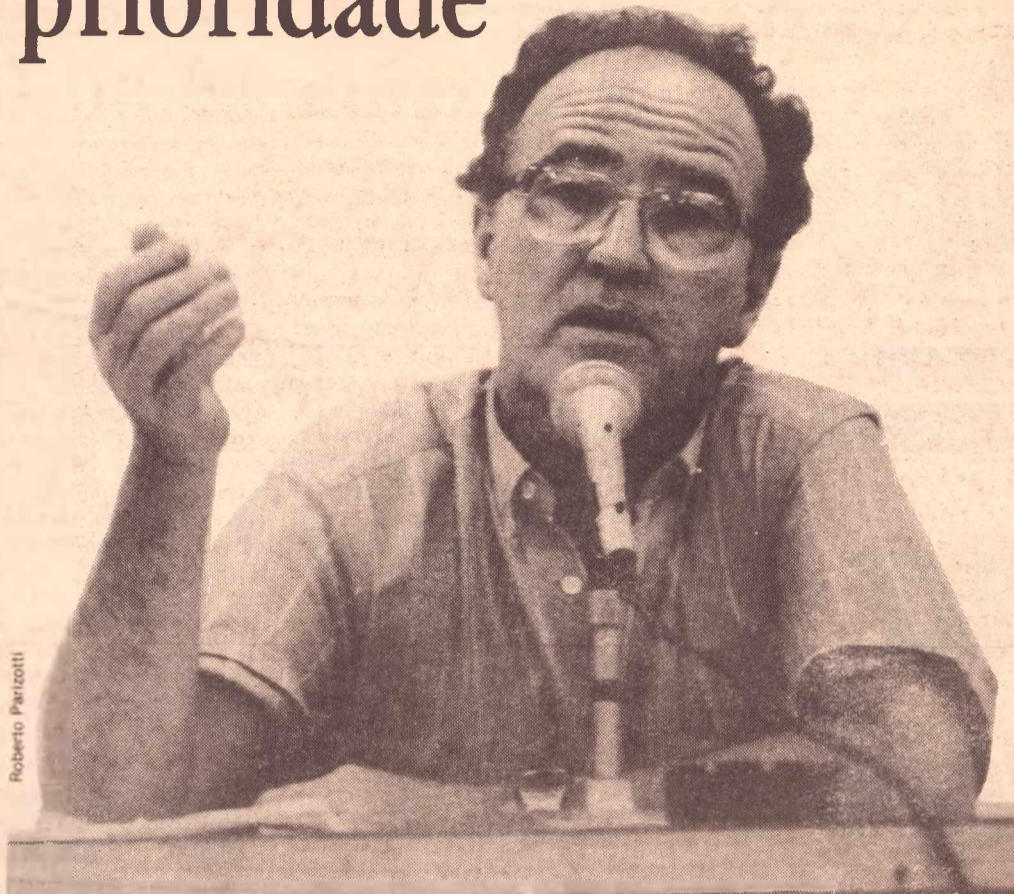
DEBATE

Reforma agrária é prioridade

Para desmistificar a idéia de que a questão agrária é assunto para especialistas, a Secretaria Agrária Nacional tomou a iniciativa de trazer a polêmica sobre o tema para o último número do Boletim Nacional Claus Germer, um especialista no assunto, membro do Coletivo da Secretaria, defendeu seu ponto de vista. Hoje é a vez de Wladimir Pomar, que não é especialista no assunto, mas que também tem autoridade teórica sobre o tema, como qualquer militante, para sustentar sua opinião.

O trabalhador rural, no Brasil, corre o risco de virar peça de museu nos próximos dez anos caso a Reforma Agrária não seja priorizada. Este não é o único motivo que a justifica: a medida é indispensável para se equilibrar a economia do país, resolver problemas de infra-estrutura das grandes cidades e resguardar o poder aquisitivo dos salários.

O argumento de Wladimir Pomar, membro da Executiva Nacional e coordenador da candidatura Lula à presidência da República, fundamenta sua tese de que a Reforma Agrária deva ser tomada pelos movimentos populares como bandeira de luta a nível nacional. Ele considera, porém, como muito teórica a visão de Claus Germer, ex-Secretário de Agricultura do Governo do Paraná e membro do Coletivo da Secretaria Agrária Nacional do PT. "Quando os camponeses optam por trabalhar a terra individualmente, não adianta criar justificativas. A opção pelo individual tem que ser respeitada", diz Pomar.



Wladimir Pomar, militante e dirigente petista, nome qualificado para discutir a questão agrária.

BN — A que você atribui o tratamento secundário dado hoje à Reforma Agrária?

WP — Não se trata de um problema do PT. Existem igualmente questões importantes, como a luta das mulheres, dos menores e outras, as quais o Partido, por uma série de deficiências, não consegue se articular como deveria. Enquanto não se entender que a Reforma Agrária é uma medida que beneficia o conjunto dos trabalhadores, fica difícil para o próprio Partido pensar diferente. No nível do discurso, isso já é consenso, mas, na prática, ainda não foi amadurecida a consciência de que o problema agrário, em função da economia brasileira, é muito mais urbano do que rural. Mesmo um governo democrático e popular não teria condições de oferecer salários e condições de vida dignas para o contingente marginalizado existente hoje nas grandes cidades. A saída é abrir a democratização da terra, para que essas pessoas possam ter dignidade.

BN — A Reforma Agrária é possível dentro do capitalismo?

WP — É possível, desde que dentro de uma perspectiva de transição para o socialismo. A rigor, Reforma Agrária é a democratização da propriedade bur-

guesa, e interessa ao capitalismo como forma de resolver a questão do abastecimento. O problema é que no Brasil não interessa ao capitalismo fazer a reforma. O sistema resolveu seu problema através da modernização conservadora, na transformação dos antigos latifundiários em capitalistas agrários. Hoje o capitalismo desenvolveu uma tendência de agroindústria tão forte no campo que não haveria de se preocupar com a Reforma Agrária. Por isso é que a iniciativa só vai ocorrer dentro de uma perspectiva socialista.

Em todas as regiões do Brasil há hoje dois traços em comum: o avanço da agroindústria e a grande disponibilidade de estoques de terra mantidos com fins especulativos. Pode-se fazer Reforma Agrária neles sem mexer na estrutura da agroindústria. Pode-se conciliar a agricultura de produtos básicos com a de exportação, a cargo das agroindústrias.

BN — Manter a propriedade da terra na estrutura atual não se choca com a proposta socialista?

WP — Desde o 4º Encontro que o PT vem aprofundando a discussão de que socialismo não é, de imediato, socializar tudo. Socialismo é um processo. A experiência dos chamados países socialistas mostrou isso: para uma economia ser socializada ela tem que estar preparada para isso. Você tem um parâmetro e uma conduta geral sobre Reforma Agrária, mas, o resto, você tem que discutir caso a caso. Você socializa o que for possível, depois vai criando condições para o resto. Vamos ter que discutir com os trabalhadores de cada região como fazer a Reforma Agrária no seu Estado. Se eles resolverem tra-

balhar individualmente o seu lote, eles têm que passar por esta primeira experiência. Ao Estado cabe o quê? Incentivar o uso de tecnologia, resolver o problema da produção, da produtividade, da comercialização, para que eles, aos poucos, a partir dessas condições, percebam que a cooperação agrícola é melhor do que trabalhar a terra individualmente. O tempo que isso vai durar também será um tempo democrático. Se no processo da luta política surgir novas necessidades e você for obrigado a apressar este processo, este é um ponto que também tem que ser decidido pelos trabalhadores. Tudo o que é feito na marra, a tendência é andar para trás. A produção não aumenta, a produtividade cai, a economia fica sem base material para crescer. A mentalidade da propriedade está enraizada no Brasil desde a colonização. Você tem que trabalhar isso com cuidado. Sem ter uma estrutura de governo alternativa, é lógico que este processo é prejudicado, que as dificuldades são muitas.

BN — Como as enfrentadas pelo Movimento dos Sem-Terra?

WP — Sim, é por aí.

Os Sem-Terra são realmente heróis. Sofrem pressões, e no caso dos assentados, boicotes violentos por parte do sistema. Eles representam uma resistência a esse avanço avassalador do ca-

pitalismo que vai derrubando tudo; destrói a terra, o homem e a natureza. E o Movimento cria formas que podem servir de embriões para se desenvolver em outro sistema, onde a Reforma Agrária seja possível. Se não houver uma real prioridade por parte dos movimentos populares em torno da questão agrária, o capitalismo, no ritmo e nas condições em que se desenvolve no Brasil, vai acabar com os trabalhadores rurais e com os seus movimentos de resistência. Os camponeses vão sobreviver somente em alguns setores ligados à agroindústria ou como mão-de-obra disponível para os pólos industriais nos projetos de colonização. Por isso é inadiável a mobilização dos sindicatos rurais e urbanos, CUT, PT e Sem-Terra, para que a bandeira da Reforma Agrária não se perca como uma necessidade social, política e econômica.

BN — Por que econômica?

WP — Se ela se perder, um governo democrático fica sem saída econômica para resolver o problema da pequena disponibilidade de emprego industrial frente à demanda, das carências habitacionais e do nível de vida da população. O Brasil tem uma população marginal de 80 milhões de pessoas. Como você vai arranjar emprego para ela? É uma questão econômica que vamos ter que resolver. Não vamos ter condições de investir rapidamente na indústria e no comércio para criar novos empregos. Do ponto de vista econômico, a Reforma Agrária vai ainda contribuir para o barateamento dos alimentos com o aumento de sua produção e o crescimento de sua oferta.

Socialismo não é, de imediato, socializar tudo. Socialismo é um processo.

Os Sem Terra são realmente heróicos. Sofrem pressões e boicotes violentos.

AGRICULTURA

Secretaria Agrária reúne-se no Cajamar

Entre os dias 29 e 31 de maio, a Secretaria Agrária Nacional do PT realiza no Instituto Cajamar, em São Paulo, um seminário destinado a discussão de um temário relativo ao campo. O PT e a questão agrária e agrícola, o PT em relação aos movimentos sociais, à construção partidária no campo, e à própria avaliação do trabalho da Secretaria, são os temas que devem ser discutidos no seminário.

A data e o local escolhidos, imediatamente antes do VII Encontro Nacional, que também se realizará em São Paulo, tem por objetivo facilitar e baratear o custo do encontro. Devem participar o secretário agrário de cada estado, os deputados estaduais do PT que possuem vínculo com os problemas do campo e mais dois delegados por estado, tirados de encontros ou reuniões das Secretarias Agrárias dos estados ou indicados por estas.

Os gastos com estadia e alimentação correm por conta do Diretório Nacional do PT. As despesas com transporte, para quem não puder aproveitar a passagem do VII Encontro Nacional, serão rateadas entre os participantes do seminário. As viagens de avião serão admitidas para efeito de rateio apenas para os estados cujas capitais estejam situadas a mais de mil quilômetros de São Paulo. A confirmação da presença deverá ser feita até o dia 10 de maio.

*Vários encontros de
trabalhadores e lideranças
rurais, inclusive*

*a reunião da Secretaria
Agrária Nacional*

do PT ocorrem em maio.

*Veja a programação
desses eventos.*

Unidade

O II Congresso Nacional do Movimento dos Sem-Terra — MST, (de 8 a 10 de maio, em Brasília) e o Congresso do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT — DNTR/CUT (30 de abril a 4 de maio) ocorrem num contexto político excepcional. Os trabalhadores vão analisar a política econômica do governo. A idéia do MST é fazer um Congresso massivo para demonstrar ao governo e à socie-

CALENDÁRIO DA AGRICULTURA PARA O PRIMEIRO SEMESTRE:	
Maio	de 1 a 4 — Congresso Nacional do DNTR da CUT
	8, 9 e 10 — II Congresso Nacional do MST — BSB
	11 — Plenária da Secretaria Agrária de MG
	12 — Encontro da Secretaria Agrária do RJ
	18 — Coletivo da SAN
	28 e 29 — Seminário Estadual da Secretaria Agrária do MT
	de 29 a 31 — Seminário Nacional da SAN
Julho	12 e 13 — Seminário da Secretaria Agrária de RS

dade a sua disposição de prosseguir a luta pela Reforma Agrária.

Como fica a luta pela Reforma Agrária no novo contexto de política econômica, que não faz nenhuma referência à cobrança efetiva do ITR e acaba por estimular a especulação de terras no interior? Certamente se desenha um quadro de maiores dificuldades para os trabalhadores do campo e para a luta pela democratização da propriedade fundiária no país. Isso torna indispensável a avaliação criteriosa do Pla-

no Collor com o propósito de denunciar o seu objetivo em relação à agricultura e pecuária brasileiras e munir o movimento de massas, da crítica e das alternativas a apresentar à sociedade.

A crise do sindicalismo no campo, objetivo de análise das teses apresentadas aos delegados do Congresso do DNTR/CUT ganha, naturalmente um ingrediente novo, levando-se em conta o caráter autoritário e antiorganização sindical embutidos no pacote como a medida provisória 159.

É indispensável que todas as instâncias partidárias, os núcleos, os Diretórios Nacionais, Regionais, as Secretarias Agrárias se empenhem ao máximo com o objetivo de, no caso do Congresso do MST fortalecer a luta pela Reforma Agrária, consolidando esta organização como grande arma para a democratização da terra. No caso do Congresso do DNTR/CUT, contribuir para que esse congresso possa significar um salto tanto na luta pela Reforma Agrária como no nível de organização do movimento sindical no campo. É urgente a definição de novos rumos para essas lutas, de modo que se consiga definitivamente sepultar a estrutura sindical vigente e dar espaço para o crescimento das lutas no campo a partir das novas necessidades impostas pelo avanço do capitalismo na agricultura.

“SÃO COISAS QUE QUEM VIVEU, VIVEU, QUEM NÃO VIVEU VAI ESPERAR CINCO ANOS PARA VIVER”

Luís Inácio Lula da Silva

Quem viveu a campanha da Frente Brasil Popular tem agora a oportunidade de relembrar os seus momentos mais marcantes, registrados em belíssimas fotos, em depoimentos emocionantes e em entrevista exclusiva com Lula.

Sem Medo de Ser Feliz é o registro histórico do mais importante movimento político da recente história brasileira. Uma obra para todos os que viveram aqueles meses de 1989, quando o país foi sacudido por um inesquecível vendaval de esperanças.



Atendemos pedidos pelo correio. Basta enviar cheque nominal, no valor de Cr\$ 1.000,00 por exemplar, com nome e endereço completo do comprador, a:

Scritta Oficina Editorial
Departamento de Marketing Direto
Rua Germaine Burchard, 286
São Paulo — SP
CEP 05002

Despesas postais por nossa conta.

• Diretórios têm direito a desconto para compras acima de 20 exemplares e prazo de 30 dias para pagamento. Os contatos podem ser feitos por carta ou pelos telefones (011) 262-1155, 864-9320 e 62-1432.

A PARTIR DE ABRIL NAS LIVRARIAS

A questão indígena não pode ser debatida apenas pelos especialistas sob pena de deixar um perigoso espaço na consciência social para ser preenchido seja pelos preconceitos e estereótipos que o sistema educacional vigente inculcou em todos nós, seja pela veiculação deformada das lutas e lideranças indígenas nos meios de comunicação de massas.

A política indigenista não é assunto mais ou menos complexo do que política econômica, de saúde ou educacional — e essas questões são e devem ser discutidas amplamente e com seriedade pelos nossos militantes. O papel de assessoria técnica não é tão somente fornecer informações necessárias e análises eficientes, mas de tornar este assunto compreensível e significativo para o conjunto do partido. Isso exige um exercício de compreensão política da questão indígena, referenciando-a ao conjunto das forças sociais e aos seus eixos de mobilização.

A importância da questão indígena não pode ser medida por uma simples referência ao seu pequeno contingente populacional (aproximadamente 215.000) nem expressa pela míngua cifra de 0,01% da população brasileira. Ao indicador demográfico é preciso acrescentar os dados econômicos, políticos e ideológicos, sob pena de incorrer em erro grosseiro com sérias consequências práticas.

O problema indígena é um componente da questão agrária

Em primeiro lugar, índio e terra são assuntos indissociáveis, só pode existir o índio (indivíduo) enquanto estiver preservada a sua coletividade (etnia) e esta conseguir manter um território próprio. O problema indígena é, antes de tudo, um componente da questão agrária, e os seus rumos e impasses não podem ignorar esse fato. De acordo com estatísticas recentes (PETI/Museu Nacional) os índios brasileiros estão localizados em 518 áreas, por eles ocupadas ou reivindicadas (em caso de anterior expulsão). Agregadas elas somam 74,4 milhões de ha., o que corresponde a 8,7% do território nacional ou aproximadamente 12,4% do total de imóveis rurais cadastrados pelo INCRA no ano de 1986.

É bastante óbvio que essas terras são objeto de cobiça por parte dos interesses privados, tanto de empresários rurais que lhes querem impor o mesmo modelo concentrador que caracteriza a estrutura agrária, quanto dos que querem investir em terras (imobilizando o seu capital com fins especulativos) ou ainda dos que praticam diretamente a grilagem (cabendo notar que estas três possibilidades não se excluem de modo algum). O próprio Estado, solidamente comprometido com tais interesses, ou se omite face às agressões que praticam contra as terras dos índios, ou pensa em destiná-las à colonização pensando assim remediar o problema de agricultores sem terra, produto inexorável da estrutura agrária brasileira.

ÍNDIOS



Comércio de ouro, sem controle oficial, em Boa Vista (RR)

Quem são seus inimigos?

A questão indígena não é uma questão menor do ponto de vista político, nela se explicita a natureza classista e antidemocrática do Estado brasileiro.

JOÃO PACHECO DE OLIVEIRA

É contra esta complexa gama de interesses que se defrontam os índios. Basicamente o mesmo esquema de poder que atua rotineiramente contra os camponeses, os pequenos produtores, os posseiros, os trabalhadores rurais, os seringueiros, apoiando-se sempre em rancorosas investidas contra os sindicalistas e a igreja progressista.

A tática para a manutenção do status quo é de alimentar os conflitos entre os dominados, estimulando soluções isoladas e ideologias particularísticas e irreduzíveis. É impossível pensar em garantir as terras indígenas sem encaminhar paralelamente uma proposta de reforma agrária ampla e democrática. As duas lutas estão logicamente conectadas e têm tudo — até os inimigos comuns — para serem conduzidas em ações politicamente articuladas.

O segundo ponto que cabe focalizar são os recursos naturais existentes nas terras indígenas — que pela legislação existente é considerada “terra da União”, cuja administração cabe à FUNAI. Quase 70% (ou mais exatamente 69,06%, segundo o Grupo de

Estudos CEDI/CONAGE) das terras indígenas sofrem alguma forma de injeção das empresas mineradoras, com a corrida pela concessão de alvarás que autorizam a pesquisa ou lavra de ricas jazidas de urânio, cassiterita, ouro, ferro, etc.

Os garimpos deslocam para certas regiões da Amazônia milhares de pessoas, que comandadas e exploradas por agenciadores e comerciantes, causam danos irreversíveis ao ecossistema e ameaçam com uma destruição iminente os povos indígenas que estão em sua rota.

No que toca aos recursos hídricos, como a febre de construção de barragens hidroelétricas em áreas habitadas pelos índios, cabe lembrar que os estudos do assunto vêm insistindo na importância de uma avaliação mais criteriosa sobre as reais necessidades de energia e um exame das fontes alternativas. Interesses comparativamente menores, como o das empresas madeireiras (em grande parte voltadas para a exportação), têm também influência quase que direta no órgão indigenista.

Um terceiro ponto é de natureza estritamente política, remetendo ao fato que a dominação sobre o índio não é garantida pela famosa mão invisível da economia liberal (“a livre ação das leis de mercado”), mas sim pela operacionalização cotidiana do regime tutelar. Na indicação de funcionários e na fixação das normas administrativas, a proteção de assistência aos índios fica em segundo plano, subordinada a um amplo arco de interesses econômicos particulares (ainda que encastelados no Estado), bem como ao atendimento de compromissos eleitorais (que se expressam no empreguismo, no favorecimento ou na simples omissão).

A atuação da FUNAI não pode ser discutida portanto somente à luz da suposta boa vontade, abertura ou esclarecimento de seus eventuais dirigentes, devendo ser inserida e discutida dentro do conjunto de forças e interesses conservadores que gerenciam a chamada transição democrática e que agora já se rearticulam em torno de alguns postos-chaves do Governo Collor.

Um quarto e último ponto, de natureza ideológica, deve ser ainda colocado — o que significa e o que pode significar o índio para as forças que lutam pela transformação profunda de nosso país. Supor que o índio seja identificado sempre e necessariamente como uma antiguidade digna de museu, ou um mero testemunho do passado, é de início desconhecer a experiência primária de vida rural, encontrada em grande parte dos peões até de indústrias de ponta. É ignorar os poderosos eixos de

Os garimpos causam danos irreversíveis ao ecossistema

identificação que trabalhadores rurais sem terra (posseiros) e pequenos produtores autônomos (como os seringueiros, pescadores ou artesãos) criaram com as lutas e bandeiras utilizadas pelos índios.

A um partido de massas, cuja ação social e política se dá em muitas arenas e não se limita à esfera parlamentar, não faz sentido imaginar que é suficiente dispor de uma boa definição de política indigenista no programa partidário.

Trata-se antes de tudo de fazer com que as bases do partido recebam um conjunto de informações que lhes permitam lidar com a questão com um mínimo de segurança e afinidade. É preciso criar um esquema de entendimento do problema indígena que permita a sua interpretação pelos não especialistas e que promova sua identificação com as questões cruciais que mobilizam a militância do partido.

João Pacheco de Oliveira Filho é antropólogo, coordenador do PETI — Projeto de Estudos sobre as Terras Indígenas no Brasil (Museu Nacional); colaborador do Programa de Governo do PT.

Os militantes que se interessarem em manter contato com a subsecretaria do índio devem procurar a companheira Sônia Hipólito da Secretaria Nacional de Movimentos Populares, na sede nacional do PT.

NÚCLEOS

As bases sempre mandaram no PT

A nucleação sempre foi apontada como forma de democratização das decisões internas do PT. Em que medida isso tem sido feito e por quê?

Gilberto Carvalho

A busca de uma efetiva democracia interna e a participação real das bases nas decisões são, entre outras, marcas que distinguem a imagem de coragem e de independência de nosso Partido. Desde 1980 compreendemos que a participação das bases, no entanto, só ocorreria à medida em que elas tivessem um grau de organização capaz de fazer valer sua força e sua representatividade dentro do partido.

Foi nessa perspectiva que o Partido criou, como acúmulo de sua reflexão e da experiência histórica de muitos movimentos de trabalhadores, seus núcleos de base: instrumentos de trabalho capilar, com função de organização das bases.

O Encontro Nacional de maio de 1980 (veja quadro acima) contava com a participação e representação de 632 núcleos de base de todo o país, envolvendo a participação organizada de 26.134 militantes partidários. Desde então muita discussão, muita polêmica ocorreu em torno da questão dos núcleos.

Embora não tenhamos hoje nenhum levantamento oficial em plano nacional sobre a existência de núcleos, podemos afirmar, sem medo de errar, que o número de núcleos hoje existentes e efetivamente atuantes não deve ser superior. Devemos reconhecer que nossos núcleos não tiveram, ao longo desses 10 anos, um crescimento contínuo e linear, como era de se esperar.

Onde está o problema? É falta de investimento consciente dos dirigentes partidários em seus diversos níveis? São as condições de vida e luta da classe trabalhadora que inviabilizam esse tipo de participação? É a falta de se conferir maior poder de decisão e participação formal de delegados de núcleos nas instâncias de deliberação partidária?

Uma coisa é definitiva: não é mais possível que continuemos com essa estrutura flácida que vivemos em nossa frente interna: após 10 anos de luta estabelecemos conquistas extraordinárias: rompemos o cerco que a burgue-

BRASIL		
N.º DE NÚCLEOS DO PT REPRESENTADOS NO ENCONTRO NACIONAL — MAIO DE 1980		
ESTADO	N.º DE NÚCLEOS	N.º DE MILITANTES
ACRE	12	1.000
ALAGOAS	1	140
AMAZONAS	22	1.000
BAHIA	18	1.100
BRASÍLIA — DF	4	80
CEARÁ	38	3.000
ESPÍRITO SANTO	18	333
GOIÁS	80	3.000
MARANHÃO	39	+ - 819
MATO GROSSO	1	21
MATO GROSSO DO SUL	18	402
MINAS GERAIS	77	2.300
PARÁ	18	62
PARAÍBA	17	320
PARANÁ	22	300
PERNAMBUCO	8	332
PIAUI	10	2.000
RIO DE JANEIRO	37	1.900
RIO GRANDE DO NORTE	12	330
RIO GRANDE DO SUL	28	1.000
SANTA CATARINA	27	570
SERGIPE	5	100
SÃO PAULO	120	6.025
TOTAL BRASIL	632	26.134

Obs: Os dados utilizados foram os constantes em atas para o Encontro Nacional.
PT — São Paulo — NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO

sia tentava nos impor confinando-nos num gueto de vanguarda: Apesar de uma estrutura interna precária e graças a sua sólida vinculação com o movimento de lutas e organização dos trabalhadores, combinamos com uma postura ética e coerente, ampliamos nosso espaço institucional. Esse crescimento que todos desejávamos nos impõe nesse momento uma mudança efetiva na qualidade de nossa organização interna. O que ontem bastava, hoje começa a se mostrar insuficiente, o crescimento meramente vegetativo está esgotado.

No que diz respeito aos núcleos de base eles não nascem nem se desenvolvem por geração espontânea. Precisamos ter clareza, independentemente das conclusões a que nosso debate chegar, que é preciso investir nessa política: deslocar lideranças intermediárias com o objetivo de construir núcleos, alimentar o debate dos núcleos através de publicações dirigidas de informação e formação, estabelecer tarefas partidárias precisas.

É preciso lembrar ainda que a implementação de uma efetiva política de núcleos, além do revigoramento de nossa vida partidária, vai nos permitir uma contribuição de qualidade superior ao desafio de nossas administrações petistas em suas tentativas de viabilizar a participação popular através dos Conselhos Populares, entre outros mecanismos.

Esperamos que a riqueza dos debates do 7º Encontro e todo o processo do 1º Congresso nos permita clarear caminhos para que consigamos desenvolver um processo de organização e funcionamento partidários que alavanquem ainda mais esse crescimento que nosso partido encontrou nestes 10 anos. A luta continua!

QUEM SÃO OS FUNDADORES

Em homenagem aos 10 Anos de PT, o BN publicou nomes de alguns dos fundadores do PT. Hoje, para reparar injustiças, publica a relação completa dos que assinaram a ata de fundação. É a seguinte:

Apolônio de Carvalho, Olívio de Oliveira Dutra, Domingos de Freitas Diniz Neto, Lélia Abramo, Jacó Bittar, José Ibrahim, Hélio Doyle, Perseu Abramo, Samir Aziz Nahas, Osvaldo Bargas, Aytan Miranda Sipahi, Joaquim Arnaldo de Albuquerque, Eliseu Gabriel de Pieri, Luis Inácio da Silva, Vinícios José Nogueira Caldeira Brant, Osmar Santos de Mendonça, Wanderly Farias de Sousa, José Dirceu de Oliveira e Silva, Luiz Gonzaga Travassos da Rosa, Antonio Funari Filho, Sérgio Sister, Luis Carlos Furtado, Luiz Soares Dulci, Irmã Rosseto, Marcos Aurélio Ribeiro, Antonio Carlos de Oliveira, Manoel Conceição Santos, Francisco de Corrêa Weffort, Elizabeth Mendes de Oliveira, Maria Angélica dos Santos, José Cicote, Alípio Raimundo Viana Freire, Miriam Schiel, Fábio Antonio Munhoz, Ricardo de Azevedo, Luis Antonio Correia de Carvalho, Ana de Cerqueira Cesar Corbisier, José Alvaro Moisés, Regina Stella Moreira Pires, João Eduardo Cerdeira de Santana, Altino Rodrigues Dantas Junior, Beatriz de Castro Ricudo Tibiriçá, Josephina Bacariça, José Mentor Guilherme de Mello Neto, Armando dos Santos Baptista, Augusto Cassio Portugal Gomes, Norma Pinto de Carvalho, Andreina das Graças Fernandes, Tadeu Antonio Dix Silva, Suzana Keniger Lisboa, Maria das Graças Carvalho Pereira, Renato Galotti de Oliveira, José Anibal Peres de Pontes, Bruno Blecher, Ivete Capel Rocha, Marli Machado Bittar, Maria Tereza Serrano Bahosa, Carlos Eduardo Zanatta, Miguel Reis Afonso, José Vitor Soalheiro Couto, Amaro Luiz dos Santos, Paul Israel Singer, Carlos Gilberto Pereira, Sonia Felix Nogueira, Henrique Sampaio Pacheco, Antonio Sampaio Amaral Filho, Armelindo Passoni, Marcia Furquim de Almeida, Carlos Eduardo Malhado Baldijão, Cecília Maria Nicolau Rodrigues, Aloisio José Monteiro Junior, Hamilton Octávio de Souza, Laerte Sodré Junior, José Maria de Almeida, Vera Silvia Facciola Paiva, Persival Menon Maricato, Luis Alberto Ravaglio, Djalma de Souza Bom, Devanir Ribeiro, Roberto Fachini, Barbara Abramo, Maria Angela Rua de Almeida, Paulo de Mattos Skromov, Geraldo Santiago Pereira, Benito de Camargo Neto, Ana Brigida Antunes Carrera Guimil, Henos Amorina, José Tomaz Vitorino, Antonio Carlos de Campos, Plínio Gomes de Mello, Fernanda Maria Ribeiro Coelho, Eduardo Augusto de Oliveira Ramires, Eduardo Matarazzo Suplicy, Paulo Reglus Neves Freire, Maria Clementina Pereira Cunha, Heloisa de Faria Cruz, Déa Ribeiro Fenelon, Antonio Carlos Drummond Monteiro de Castro, Vilma Nunes Rodrigues, Sergio Roberto Batista Saraiva, Clóvis Ilgenfritz da Silva, Sylvio Nogueira Pinto Junior, Clovis Carneiro de Oliveira, Paulo de Tarso Carneiro, José Roberto da Silva, José Luis Carneiro Cruz, Anselino Angelo Brustulin, Roque Vitor Barbieri, Enid Diva Marx Baches, Pedro Garcia Carletti, Vitor Sorotiuik, Edésio Franco Passos, Jairo Graminho de Oliveira, Luiz Salvador, José dos Reis Garcia, Mauro Daisson Otero Goulart, Ivo Augusto de Abreu Pugnaroni, Zélia de Oliveira Passos, Cláudio Antonio Ribeiro, Emmanuel José Appel, Geraldo Roberto Correia Vaz da Silva, Clair da Flora Martins, Aparecida da Conceição Oliveira, Joana D'Arc Bizzoto Lopes, Paulo Frateschi, Erico Vannucci Mendes, Beatriz Accorsi Pardi, José Pedro da Silva, Dalva Oliveira, José Maria Crispim, Maria Stella Moreira Pires, Israel Henrique Waligora, Vladimir Gracindo Soares Palmeira, Ubaldo Dutra de Araújo, Arnaldo Calil Pereira Jardim, Henrique de Souza Filho (Henfil) Jorge Batista Filho, Geraldo Augusto Siqueira Filho, Alfredo Sant'Anna Júnior, Lidia Takiya, Antonio Mentor de Mello Sobrinho, José Roberto Onofrillo Marti, Flávio Furtado de Andrade, Eurico Natal, José Italo Barbosa de Albuquerque, Valmir de Oliveira, Antonio José Martins, Elza Maria Parreira Lianza, Sidney Lianza, Pedro Cláudio Brando Bocayuva Cunha, Jorge Eduardo Saavedra Durão, Elio Cabral de Souza, Adair Leonardo Rocha, José Sérgio Leite Lopes, Antonio Carlos de Andrade, Lourenço Andrade de Almeida, João Gomes Filho, Elvécio Gomes Cordeiro, Maria Sarah da Silva Telles, Yves do Amaral Lesbaupim Benoni Alencar Pereira, José Severino de Paulo, Luiz Eduardo Travasso do Carmo, Jorge Ricardo Bittar, Antonio Othon Pires, José Eudes de Freitas, João Batista de Andrade, Wilton Monteiro de Aquino, Guaraciaba do Carmo Nery, Ignácio Agero Hernandez, Nilmarcio de Miranda, Júlio Gomes da Fonseca, João Batista dos Mares Guia, Jardel Lopes, Elício Reis, Virgílio Guimarães de Paula, Tilden José Santiago, Maria Beatriz Miranda Lima, Milton de Freitas Carvalho, Lazara Maria da Felicidade Ribeiro, Mauricio Borges Lemos, Maria Dirlene, José Afonso Assis Cabral, Aluisio Eustáquio de Freitas Marques, Helena Greco, Foned Salmen Espindola, Aida Maria Soares Silveira, Luiz Gonzaga da Silva, Jorge Raimundo Nahas, Francisco Leôncio de Andrade Júnior, Suzana Maria Camargos, Apolo Heringer Lisboa, Otavino Alves da Silva, José Barbosa, Paulo Gabriel Godinho Delgado, Sandra Starling de Azevedo, Oscar José Coelho, Línio Ribeiro de Paiva, Gilberto Prata Soares, Lenir Miguel de Lima, Maria José Pereira da Silva, Manoel Araújo da Silva, José Reinaldo do Amaral, Valdir Camarcio Bezerra, Francisca Clara de Oliveira, Annet Socotti Rabelo, Paulo Silva de Jesus, Anilzene Jacinto Jaime, Selmira de Oliveira e Castro, Noemi Cândido Noleto, Ernestina Bertoldo da Silva, João Peron Jacinto, Maria Auxiliadora de Oliveira, Everly Szturm, Cordoliana Gomes Rabelo, Maria Laura Pinheiro Rego, Antonio Sabino de Vasconcelos, Maria Helena Alves Pereira, Maria Helena Pinheiro Monteiro, Mauro Cunha Batista de Deus, Antonio Jorge Pina, Armando Sobral Rollemberg, Luiz Antonio Cechinel, Paulo César Castanheiro Coelho, Frank Karl André Soudant, Maria Francisca Sales Pinheiro, Guacira César de Oliveira, Cicera Bezerra de Moraes, Roberto Carlos de Figueiredo, João Orlando Duarte da Cunha, Airton Esteves Soares, Umberto de Almeida, José da Silva Moura, Suely Gomes Sampaio, Benedito Marcilio Alves da Silva, Sonia Maria Godeiro, Carlos Alberto de Almeida, Wagner Alves Benevides, Mário Honório Teixeira Filho, José Roberto de Alencar e Silva, Marcelo José Cruz Auler, João Baptista Z. Vanni.

AMÉRICA LATINA

Novos desafios para os povos da América Latina

As eleições estão sendo ganhas por neoliberais que chegando ao poder põem em prática uma política de submissão ao FMI.

Uma rápida pincelada sobre as eleições realizadas em alguns países latino-americanos como Uruguai, Chile, Colômbia, Peru e Nicarágua pode delinear com alguma segurança o quadro político que a América Latina deve enfrentar nos próximos anos. Na maioria desses países as eleições estão sendo ganhas por aqueles que levantam a proposta do neoliberalismo no plano econômico, com políticas de ajustes limitadas a procurar o equilíbrio da balança de pagamentos sem preocupação em superar o atraso crônico da região, responsável por gravíssimas conseqüências sociais. Em três anos a população que vive em absoluto estado de pobreza aumentou de 120 milhões para 160 milhões.

Os neoliberais estão preocupados em mostrar a inevitabilidade dessa política como condição necessária a um posterior desenvolvimento. Eles fazem um discurso de claros apelos populistas, dirigido ao setor mais desorganizado da sociedade.

Repete-se, no fundamental, o ocorrido no ano passado na Venezuela e na Argentina onde Carlos Andres Perez, representante da socialdemocracia, e Carlos Menem, do Partido Justicialista, ganharam as eleições sustentados por partidos tradicionalmente opostos ao ideário liberal. Chegando ao poder colocam em prática uma política submissa às orientações do FMI.

No plano internacional, a hegemonia dos EUA, principalmente na Amé-



Panamá, áreas destruídas pelos invasores

rica Central, sai fortalecida pelo processo de distensão que marca as atuais relações soviético-norte-americanas. A queda do intervencionismo soviético nos países do Leste Europeu contrasta vivamente com o avanço do intervencionismo do governo Bush, cuja expressão mais clara foi a invasão do Panamá em dezembro do ano passado.

Por outro lado observa-se em alguns países, como a Argentina e a Venezuela, importantes avanços na resistência ativa da população aos planos que marginalizam e empobrecem ainda mais as maiorias. Em outros esse avanço se expressa pelo fortalecimento de partidos que, na oposição, representam uma expressiva força organizada. Os 31 milhões de votos da Frente Brasil Popular constituem o melhor exemplo dessa realidade, observada a nível de América Latina toda como um referencial de esperança.

Há toda uma corrente de inter-relações, que se intensifica a nível de movimentos de massas, seja de camponeses, estudantes, sindicatos e até de administrações que controlam o poder local (cidades-irmãs), que sugere um novo patamar de desenvolvimento das relações entre os povos da América Latina.

O VII Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, para o qual estão sendo convidados partidos democráticos e socialistas com os quais o PT tem vínculos e objetivos comuns, contribuirá para intensificar as relações políticas e possibilitar assim esforços convergentes para encontrar soluções no marco de uma verdadeira integração latino-americana. A busca de um caminho próprio, de uma estratégia unificada, para enfrentar os graves problemas compartilhados pelos nossos povos, como o da dívida externa, precisa de atitudes concretas que superem a retórica.

Chile: O Chile renasceu da ditadura Pinochet com a posse de Patricio Aylwin. Ele representa um amplo leque de forças de oposição que sobrevive sob a vigência da Constituição de Pinochet.

Uruguai: No Uruguai, Luis Alberto Lacalle, do Partido Nacional, assumiu a Presidência em fevereiro deste ano. Pela primeira vez a Frente Ampla de Esquerda — que também teve expressiva votação nas eleições presidenciais — ganha a prefeitura de Montevideu, onde vive 47% da população do país.

Nicarágua: A FSLN perde as eleições na Nicarágua e assume Violeta Chamorro em meio a uma crise na sua própria frente (UNO), pela recusa dos "contras" em desmobilizar-se e aceitar a manutenção de Humberto Ortega no comando do Exército.

Cuba: Cuba, com sua soberania desrespeitada mais uma vez pela tentativa de invasão de suas comunicações pela TV Marti acionada pela vontade explícita da administração Bush, responde positivamente ao desafio dos novos tempos e faz um chamado a todos os cidadãos para discutir a atual linha política do Partido Comunista.

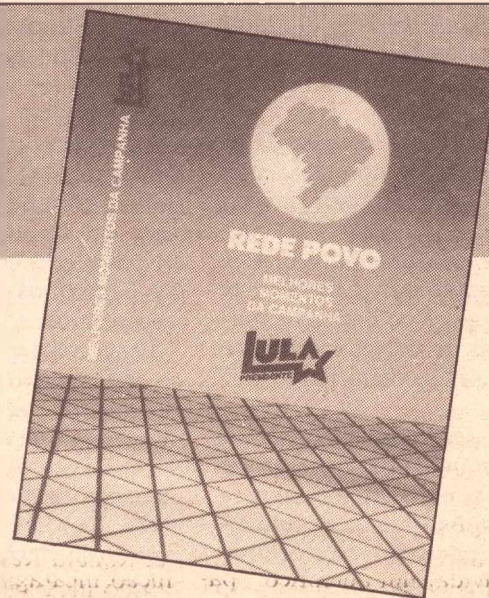
Colômbia: Na Colômbia, o assassinato de Carlos Pizarro León-Gomes (M-19) e de Bernardo Jaramillo (União Patriótica), candidatos a presidente às próximas eleições de maio, somados ao de Jaime Pardo Leal e de Luis Carlos Galan, mostra a fragilidade da democracia colombiana e abala a legitimidade do processo eleitoral. A União Patriótica acabou se retirando do processo.

Peru: No Peru, o surpreendente segundo lugar do candidato do inexistente partido Cambio 90, Alberto Fujimori, apaga a estrela do liberal de direita Vargas Llosa, que ameaça não participar do segundo turno. A Esquerda Unida (Henry Peace) e a Esquerda Socialista (Afonso Barrantes) encontram-se perante um cenário em que nenhum dos candidatos do segundo turno representa uma alternativa real de defesa dos interesses do povo peruano.

Panamá: O Panamá continua ocupado pelas tropas invasoras que pouco a pouco vão sendo substituídas por companhias de contra-insurgência, polícia militar, guarnições fixas adicionais e especialistas em operações psicológicas.

QUEM NÃO VIVEU VERÁ

Agora você pode ver os melhores momentos da campanha presidencial em vídeo. A fita, produzida pela TVT, está a venda aqui na sede nacional do PT, por apenas Cr\$ 2.500,00. Mas atenção: esse preço cai para Cr\$ 2.000,00 para os diretórios que adquirirem um mínimo de cinco fitas. Entre em contato com Rosana (011 — 575-2299) e faça o seu pedido.



AMÉRICA CENTRAL

Nicarágua, uma revolução derrotada?

A revolução nicaragüense não foi um golpe de Estado. O aparelho policial, o sistema judiciário e o legislativo somozistas foram destruídos e, em seu lugar, surgiu um novo Estado, popular e democrático em sua essência, e antiimperialista, por vocação histórica. Mas, para onde Violeta Chamorro levará agora a terra de Sandino?



Violeta Chamorro eleita Presidente

Marco Antonio Piva

As massas nicaragüenses derrotaram a estratégia de preservação do capitalismo adotada pela FSLN." A análise é de Valério Arcari, dirigente da Convergência Socialista, corrente que sempre classificou a posição sandinista de "socialdemocrata". Arcari sustenta sua tese apontando o apoio do governo aos exportadores de algodão, o principal produto do país. Mas até que ponto a derrota das urnas contra Violeta Chamorro dá direito a quem se julga revolucionário de jogar os sandinistas na vala comum dos defensores do capitalismo?

De fato, o governo sandinista manteve uma política de incentivo à exportação na expectativa de suavizar o impacto da guerra patrocinada pela administração norte-americana (antes com Reagan, depois com Bush) e dar oxigênio à combalida economia do país. Enquanto, porém, o Estado era responsável por 80% dos investimentos na produção, a iniciativa privada ficava apenas com 20%, embora contasse com o incentivo do governo.

Os sandinistas perceberam a tempo a ineficácia dessa posição e, a partir de 85, iniciaram uma política de correção de rumos, particularmente com maior distribuição de terras a pequenos produtores, abolindo a obrigatoriedade "ideológica" da organização em cooperativas. Isto retirou, inclusive, a base de apoio social que a "contra" implantara na zona rural. A reforma econômica de fevereiro de 1988 adotou um estilo clássico ocidental: enxugamento da máquina estatal, demissão de 10 mil funcionários públicos e desvalorização em 14.000% da moeda oficial, o córdoba. Sem dúvida, um autêntico "pacotão" diante de uma realidade eco-

nômica terrível. A inflação chegava a 36.000%, o PIB diminuía 17% e o consumo por habitante caíra 41% comparado com 1980.

Mas é certo também que nem a correção de rumos na economia nem a ouso diplomática na política impediram os efeitos catastróficos da guerra de baixa intensidade desencadeada pelo Pentágono desde 1981. Apoiando no documento "Santa Fé", o ex-presidente Ronald Reagan determinou: a revolução nicaragüense não deveria sobreviver. Combinando ajuda financeira

As instituições que governam o país

A presidenta eleita Violeta Chamorro não pode desconhecer uma Constituição que determina o quórum de 2/3 de seus membros para promover qualquer alteração. Dos 92 deputados, a UNO terá 51 e a FSLN 39 — uma cadeira caberá a Moisés Hassan, ex-candidato presidencial pelo Movimento de Unidade Revolucionária, que conseguiu ultrapassar o cociente mínimo eleitoral e é aliado potencial dos sandinistas, e outra ficará com o movimento "Yatama" (Filhos da Pátria Mãe), da costa Atlântica nicaragüense (veja quadro nesta página).

Na prática, a UNO ganhou uma eleição dentro de uma institucionalidade estabelecida pela revolução. E isto é muito diferente, por exemplo, de uma eventual vitória do PT numa futura disputa presidencial. As regras, na Nicarágua, foram dadas após uma ruptura com a antiga "ordem". Portanto, a convocação, talvez distinta da nossa luta nacional e localizada pela participação do povo, no rumo de governos democráticos e populares.

Nesse quadro, Violeta Chamorro tem duas opções: a negociação ou o confronto. Em ambas ela medirá forças com o partido mais forte e or-

Resultado das eleições

Eleitores.....	1.753.912
Votantes.....	1.510.848 (86,1%)
Votos Válidos (para presidente).....	1.420.544 (93,9%)
UNO.....	777.552 (54,7%)
FSLN.....	579.886 (49,8%)
MUR.....	16.751 (1,1%)
PSC (Yatama).....	11.136 (0,7%)
Outros partidos (*).....	35.219 (2,5%)

Vitórias da UNO

Região II, III, IV, V, VI e Costa Atlântica (VII, VIII). Leon, Chinandega, Manágua, Granada, Massaya, Carazo, Rivas, Boaco, Chontales, Jinotega e regiões autônomas do Atlântico Sul e Norte.

Vitórias da FSLN

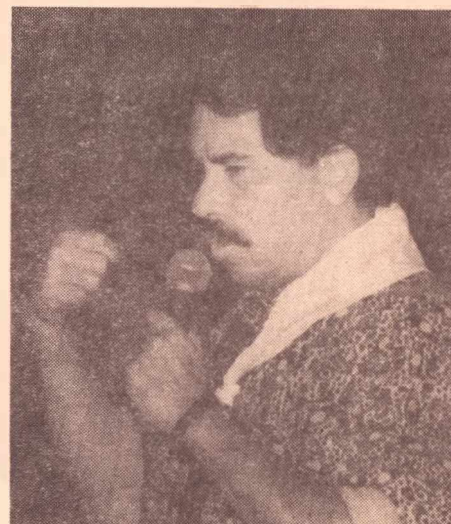
Regiões I e IX...Estelí, Madriz, Nueva Segóvia e Rio San Juan.

(*) Outros partidos: Partido Social Conservatismo (PSOC), Partido Liberal da Unidade Nacional (PLIUN), Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), Partido Marxista-Leninista (MAP-ML), Partido Unionista Centro-americano (PUCA), Partido Conservador Democrata da Nicarágua (PCDN).

ganizado da Nicarágua. Um partido que, antes e depois da derrota, levou às ruas milhares de pessoas dispostas a continuar uma luta histórica pela soberania e, mais recentemente pela consolidação da democracia e da sociedade civil num país de Terceiro Mundo.

Certamente o alcance e as consequências reais do resultado eleitoral ainda são exercícios teóricos. As análises iniciais, comprometidas pelo pessimismo do primei-

ro momento, dão espaço agora as reflexões mais sérias e, por isso mesmo, mais difíceis e complexas. Como disse Daniel Ortega, após reconhecer sua derrota: "Empenhamos nossos esforços nas eleições para reafirmar um projeto que se converteu num desafio à inteligência, à imaginação e à criatividade dos povos que estão numa luta permanente pela liberdade". São qualidades que não faltam ao povo da Nicarágua. (MAP)



"Não perdemos poder" diz Ortega

mento de cansaço de uma parte da população nicaragüense — diante de uma guerra interminável. "Este não foi um resultado contra a revolução, um voto de direita, e sim o voto do desespero produzido pela crise econômica e pelo temor diante da possibilidade de continuidade da guerra", diz o secretário político da FSLN, Carlos Carrión.

"Perdemos a eleição, mas não o poder", sustentou o ex-presidente Daniel Ortega. "Agora nossa tarefa é governar pela base e garantir as conquistas sociais da revolução". Em nota oficial os sandinistas jogavam para o novo governo a responsabilidade que lhe cabe na tarefa de negociar a transição política e a estabilidade do país.

Não se sabe ainda se Violeta Chamorro entendeu o recado. Ela admitia, no início de abril, uma negociação mais ampla. Seladas a desmobilização dos "contras" e a promessa de manutenção do exército, criaram-se as bases para um cenário menos preocupante, embora igualmente problemático.

Durante toda a campanha de Violeta Chamorro a ladainha foi uma só: "NO UNO, no money". Traduzindo o simbolismo ameaçador: apenas a coligação oposicionista seria capaz de trazer dinheiro para o país. Para sair da crise econômica em 100 dias, como prometeu, o novo governo necessitará de uma injeção imediata de 800 milhões de dólares, equivalente a 20% dos prejuízos que a guerra trouxe ao país, ou ainda, pouco menos da metade que Washington destinou aos "contras" em nove anos de atividade. A Casa Branca cumprirá sua parte?

Marco Antonio Piva é assessor de Imprensa da Prefeitura de São Paulo. Escreveu, com Marcia Cruz Piva, "Fazendo amor na Nicarágua" (Vozes) e "Nicarágua — um povo e sua história" (Paulinas).

aos "contras", apesar do escândalo Irangate, e a asfixia da economia sandinista via embargo comercial (90% da economia da Nicarágua dependia dos Estados Unidos em 1979), Washington montou a tática da morte lenta. A distensão do Leste Europeu e a posse de George Bush não modificaram essa política.

Com mais da metade do orçamento destinado à defesa, a Frente Sandinista ganhou a guerra no plano militar, mas foi derrotada economicamente. A UNO capitalizou um profundo senti-

Rompendo o cerco à prefeitura de Janduis

Janduis não se rende. Resiste — e resiste criativamente. Pequeno município sertanejo do Rio Grande do Norte, com menos de 10.000 habitantes, Janduis surpreendeu as oligarquias regionais elegendo um prefeito petista em 88. Para irritação dos "coronéis" da política potiguar, o município adquiriu notoriedade nacional pelas suas políticas democráticas de educação, cultura, participação popular, etc...

Mesmo com o antipetismo da mídia conservadora, Janduis conseguiu ser objeto de reportagens elogiosas em semanários e redes nacionais de televisão. E agora volta a assinalar sua presença com o seminá-

rio **Janduis Rompendo o Cerco**, realizado na primeira quinzena de abril.

As oligarquias desde o início declararam guerra aberta a administração petista de Janduis. Queriam demonstrar a inviabilidade de um governo democrático-popular na região. O certo foi total. Boicote, sabotagem, violência direta.

O Governo do Estado, por exemplo, proibiu qualquer convênio com Janduis, ao mesmo tempo que intensificava a "cooperação" com os municípios vizinhos. Funcionários estaduais foram forçados a abandonar Janduis. Transferência de médi-

cos para Janduis foi vetada sistematicamente pelos órgãos de origem. Desde novembro de 88 Janduis não recebe um tostão de verba do SUDS, para assistência sanitária, que seria de repasse obrigatório. Tropas da Polícia Militar, sob absurdos pretextos, chegaram a ocupar o município!...

Nem a violência das elites dominantes nem o certo administrativo-financeiro conseguiram impedir que Lula fosse vitorioso na cidade tanto no primeiro turno quanto no segundo turno. As dificuldades de toda ordem têm sido equacionadas sobretudo com **mobilização política**, com a busca de soluções que engajem di-

retamente a participação popular.

O Seminário **Janduis Rompendo o Cerco**, promovido pelo Diretório Regional/RN e a prefeitura de Janduis, foi um espaço privilegiado nesse processo de resistência política e superação das dificuldades administrativas. Contando com algumas centenas de participantes, das mais diversas áreas de atuação, ele redefiniu metas e estratégias de luta, aprovando inclusive a criação de um **COMITÊ DE APOIO E SOLIDARIEDADE À ADMINISTRAÇÃO POPULAR DE JANDUIS**, ao qual poderão aderir companheiros petistas de todo o país, organizações sindicais e populares. (Luís Dulce).

BÔNUS 10 ANOS

A meta é arrecadar Cr\$ 150 milhões

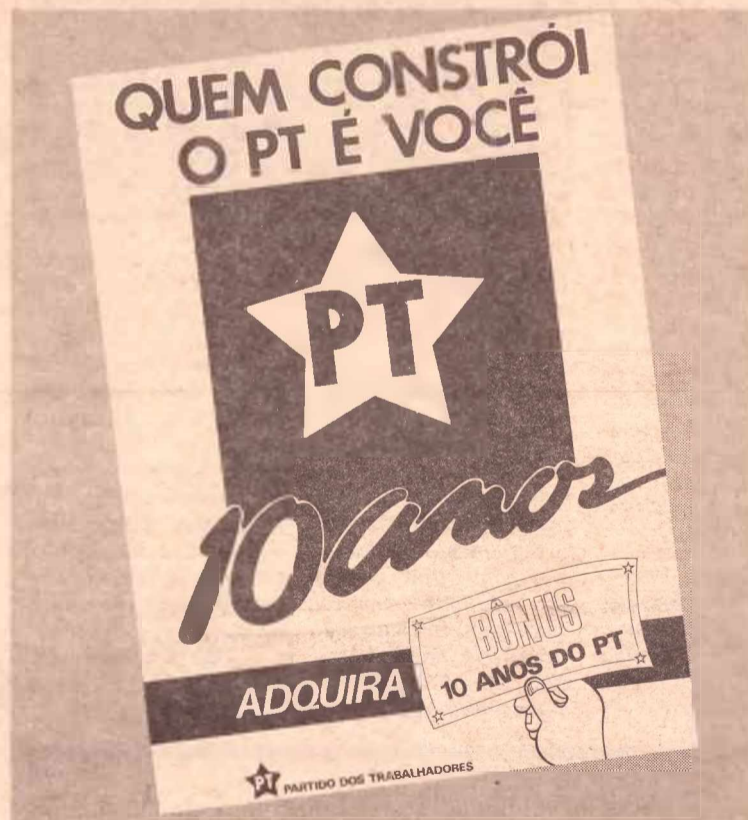
Na venda do bônus, além do comprador, ganham prêmios os diretórios intermediários, o Municipal e o Estadual.

Arrecadar Cr\$ 150 milhões com a venda de um milhão de bônus é a meta da Secretaria Nacional de Finanças do Partido dos Trabalhadores para o ano de 1990. Segundo o secretário Valdi Camárcio, o PT deve gastar este ano em sua estrutura cerca de Cr\$ 70 milhões. Deve arcar também com despesas extraordinárias elevadas. Apenas o subsídio destinado ao VII Encontro Nacional, orçado em cerca de Cr\$ 12 milhões, deve custar aos cofres do Diretório Nacional alguma coisa da ordem de Cr\$ 6 milhões.

Cada bônus vai custar Cr\$ 150,00 e o partido espera colocar no mínimo 70% do que foi produzido. Entre impressão e divulgação o lançamento dos bônus custará à Secretaria Cr\$ 5 milhões. Faz parte desse custo o sistema de prêmios destinado a estimular sua venda.

O comprador do bônus sorteado concorre a um Chevette. O Diretório Municipal que repassou o bônus ganha uma **off-set**, e o Diretório Regional intermediário ganha um micro-computador. Dos recursos arrecadados, apenas 40% ficam nas mãos do Diretório Nacional. Os Regionais ficam com 30% e os Municipais com outros 30%.

A arrecadação correspondente à venda dos bônus deve mudar o perfil de receita da estrutura nacional do PT. Segundo o Secretário, atualmente 90% do arrecadado resulta da con-



Cartaz de propaganda de campanha de venda dos bônus

tribuição dos parlamentares federais. Cada um dos 17 deputados federais do PT dá 30% de seu salário ao partido, o que, em março, correspondeu a uma receita de Cr\$ 2 milhões.

A contribuição dos filiados, através dos diretórios Regionais e Municipais, além dos materiais vendidos pelo Diretório Nacional, inclusive o Bo-

letim Nacional, representam apenas 10% da receita do partido. O fluxo de despesas do Diretório Nacional é composto basicamente pelo pagamento de seus 39 funcionários, além de despesas com sua estrutura nacional.

Mas não há um planejamento de despesas, um orçamento para contro-

lar os gastos anuais do partido, lamenta Camárcio. No início de abril, sua secretaria tinha recebido os planejamentos de receita e despesa de apenas duas secretarias nacionais, a de Movimentos Populares e a Secretaria Agrária. As demais não haviam ainda apresentado sua proposta de orçamento.

REGRAS

Os prêmios serão sorteados no dia 16 de julho e portanto os pedidos de bônus devem ser feitos o quanto antes. O sorteio será feito pela SENA, obedecendo-se a seguinte regra: as seis dezenas sorteadas devem ser colocadas em ordem crescente e o último número (dígito) de cada dezena comporá, nessa ordem, o número vencedor. Um exemplo: suponhamos que as dezenas sorteadas sejam 44, 32, 11, 14, 38 e 21; colocadas em ordem crescente teremos: 11, 14, 21, 32, 38, 44; tomando-se o último número de cada dezena formaremos o número vencedor: 141284.

Uma vez que só concorrerão os bônus vendidos, pagos e com canhotos entregues até as datas de prestação de contas previstas no regimento, é do interesse de todos que os diretórios respeitem os prazos; que são os seguintes:

De D.M. para D.R. —

pagamento de abril, até 5 de maio

pagamento de maio, até 5 de junho

pagamento de junho, até 5 de julho

De D.R. para o D.N. —

pagamento de abril, até 10 de maio

pagamento de maio, até 10 de junho

pagamento de junho, até 10 de julho